

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
---	----

Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11
--	----

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	77
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	20.529.080	20.478.841
1.01	Ativo Circulante	5.342.778	7.348.277
1.01.01	Disponibilidades	79.222	56.335
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.633.350	2.398.431
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.571.143	2.256.104
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	86.032	174.601
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-23.825	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.123.385	2.691.709
1.01.03.01	Carteira Própria	1.123.385	2.558.840
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	100.161
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	32.708
1.01.04	Relações Interfinanceiras	295.418	210.017
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5.147	268
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	290.215	209.725
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	56	24
1.01.06	Operações de Crédito	1.452.834	1.462.394
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	0	1.305
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.604.633	1.608.380
1.01.06.03	(Provisões para Operações de Crédito)	-151.799	-147.291
1.01.08	Outros Créditos	730.002	501.694
1.01.08.01	Carteira de Cambio	88.713	83.616
1.01.08.02	Rendas a Receber	82.408	98.894
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	61	61
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	56.167	55.379
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	22.023	57
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	25.525	10.846
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	371.577	191.771
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	85.148	69.420
1.01.08.09	Diversos	30.190	17.024
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-31.810	-25.374
1.01.09	Outros Valores e Bens	28.567	27.697
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	28.256	28.359
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-670	-669
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	981	7
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.924.217	12.850.417
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.088	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	74.088	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	12.077.501	9.859.311
1.02.02.01	Carteira Própria	11.399.125	9.858.955
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	678.376	356
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.666.263	1.688.042
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.895.208	1.912.191
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-228.945	-224.149
1.02.07	Outros Créditos	1.093.796	1.290.495

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.07.01	Devedores por compra de Valores e Bens	165	177
1.02.07.02	Créditos Tributários de IR/CS	1.093.631	1.290.323
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos)	0	-5
1.03	Ativo Permanente	262.085	280.147
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	144.662	150.257
1.03.02.01	Imóveis de Uso	62.597	64.417
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	224.713	221.509
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	47.771	47.771
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-190.419	-183.440
1.03.04	Intangível	117.156	129.623
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	297.905	303.244
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-180.749	-173.621

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	20.529.080	20.478.841
2.01	Passivo Circulante	12.752.035	12.792.377
2.01.01	Depósitos	3.778.377	3.900.305
2.01.01.01	Depósitos à Vista	1.190.028	1.052.696
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	604.766	588.915
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	7.561	29.783
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.976.022	2.228.911
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	0	99.997
2.01.02.01	Carteira Própria	0	99.997
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	219.652	235.027
2.01.03.01	Obrig.por Emissão de Letras de Crédito do Agron	219.652	235.027
2.01.04	Relações Interfinanceiras	14.573	27
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	14.573	27
2.01.05	Relações Interdependências	2.998	2.540
2.01.05.01	Recursos em Transito de Terceiros	2.853	1.947
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	145	593
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	105.076	81.011
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	105.076	81.011
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	109.708	115.048
2.01.07.01	Tesouro Nacional	26.045	26.113
2.01.07.02	BNDES	57.240	62.850
2.01.07.04	Finame	26.296	26.023
2.01.07.05	Finep	127	62
2.01.09	Outras Obrigações	8.521.651	8.358.422
2.01.09.01	Cobrança e Arrec. Trib. e Assemelhados	15.775	1.923
2.01.09.02	Carteira de Cambio	82	118
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	132.013	134.315
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	27.366	35.117
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	7.472.639	7.301.463
2.01.09.07	Passivos Atuariais	102.165	124.360
2.01.09.08	Cheques Administrativos	2	7
2.01.09.09	Contratos de Assunção de Obrigações	2	2
2.01.09.10	Obrigações para Aquisição de Bens e Direitos	40.975	46.112
2.01.09.11	Obrigações po Convênios Oficiais	27	769
2.01.09.12	Obrigaçao Prestação Serv. e Pagamentos	9	10
2.01.09.13	Provisão para Pagamento a efetuar	98.077	95.564
2.01.09.14	Provisão para Passivo Contingente	180.874	182.342
2.01.09.15	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	353.660	337.063
2.01.09.16	Credores Diversos	37.783	39.658
2.01.09.17	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	60.202	59.599
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.571.290	5.487.258
2.02.01	Depósitos	611.872	500.010
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	48.256	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	563.616	500.010
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	641.197	636.032
2.02.07.01	Tesouro Nacional	337	340

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.07.02	BNDES	568.686	560.318
2.02.07.03	Finame	71.868	74.971
2.02.07.04	Finep	306	403
2.02.09	Outras Obrigações	4.318.221	4.351.216
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	132.890	95.210
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	225.152	180.683
2.02.09.03	Passivos Atuariais	1.065.768	1.159.547
2.02.09.04	Provisão para Passivos Contingentes	688.623	717.747
2.02.09.05	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1.205.789	1.198.030
2.02.09.06	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	2.205.755	2.199.206
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	19.779	20.931
2.05.03.01	Ativos Próprios	19.779	20.931
2.05.04	Reservas de Lucro	1.143.110	1.143.110
2.05.04.01	Legal	143.452	143.452
2.05.04.02	Estatutária	999.658	999.658
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-615.952	-590.340
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.313	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	317.288	338.053
3.01.01	Operações de Crédito	125.976	106.388
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	164.438	230.425
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	26.874	1.240
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-226.945	-295.218
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-36.020	-51.160
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-161.890	-126.420
3.02.03	Provisão Oper.Crédito e Outros Créditos	-29.035	-117.638
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	90.343	42.835
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	42.130	-66.816
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	223.363	186.701
3.04.02	Despesas de Pessoal	-145.551	-133.695
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-75.641	-63.778
3.04.04	Despesas Tributárias	-34.218	-26.380
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	221.442	179.318
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-147.265	-208.982
3.05	Resultado Operacional	132.473	-23.981
3.06	Resultado Não Operacional	457	134
3.06.01	Receitas	475	142
3.06.02	Despesas	-18	-8
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	132.930	-23.847
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-99.830	15.117
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	33.100	-8.730
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,11651	-0,29447

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	33.100	-8.730
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.399	57.545
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-40.153	-27.134
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	365	368
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	14.389	84.311
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.701	48.815

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	785.099	413.285
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	161.543	414.087
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Trimestre	33.100	-8.730
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	14.112	12.789
6.01.01.06	Provisão p/oper.crédito e outros créditos	29.035	117.638
6.01.01.10	(Ganhos)/Perdas de Capital	-21	-31
6.01.01.11	Despesas de provisões para outros ativos	651	0
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	27.820	102.588
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	75.210	92.265
6.01.01.14	Despesas de outras provisões	40.782	0
6.01.01.15	Reversão de outras provisões operacionais	-12.675	-31
6.01.01.16	Reversão de Outras provisões operacionais- Aplicação dep. interfinanceiros	-8.449	0
6.01.01.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-16.789	97.799
6.01.01.18	Resultado com variação cambial	-21.233	-200
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	623.556	-802
6.01.02.01	Redução/(Aumento) em TVM para negociação	701.662	-4.828
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	-870	-1.127
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Aplicações Inter.Liquidez	14.481	-22.369
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Rel. Interf.e Interd.	-70.396	42.306
6.01.02.05	Redução/(Aumento) Redução em Operações de Crédito	8.735	-123.056
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-645	-289.566
6.01.02.07	(Redução)/Aumento em Depósitos	-10.066	92.282
6.01.02.08	Aumento Obrig por Emprést. e Repasses	23.890	8.076
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Captações no mercado aberto	-115.372	16.479
6.01.02.10	Aumento em outras Obrigações	119.942	319.588
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-47.805	-38.587
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.447.173	-178.562
6.02.04	Alienação do Imobilizado de Uso	0	289
6.02.07	Aplicação do Intangível	-155	-7.989
6.02.08	Baixa do Intangível	4.115	0
6.02.10	Adição em imobilizado de uso	-10	-74
6.02.12	Redução em TVM mantidos até o vencimento	17.170	31.177
6.02.13	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-1.953	-17.961
6.02.14	Redução em TVM disponíveis p/ venda	1.103.384	1.126.849
6.02.15	(Aumento) em TVM disponíveis p/ venda	-2.569.724	-1.310.853
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-662.074	234.723
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.312.439	2.212.802
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.650.365	2.447.525

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	20.931	1.143.110	0	-590.340	2.199.206
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	20.931	1.143.110	0	-590.340	2.199.206
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	33.100	0	33.100
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-25.612	-25.612
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-99.594	-99.594
5.07.04	Ajuste CVM 695	0	0	0	0	0	73.982	73.982
5.12	Outros	0	0	-1.152	0	213	0	-939
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-365	0	365	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Realiz Res Reavaliação	0	0	-787	0	-152	0	-939
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	19.779	1.143.110	33.313	-615.952	2.205.755

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-8.730	0	-8.730
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	57.324	57.324
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3.853	3.853
5.07.04	Ajuste de Aval. Patrimonial - CVM Del 695/2012	0	0	0	0	0	53.471	53.471
5.12	Outros	0	0	-221	0	221	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-368	0	368	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	147	0	-147	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	21.701	971.800	-8.509	-623.295	1.987.202

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	733.533	586.567
7.01.01	Intermediação Financeira	317.288	338.052
7.01.02	Prestação de Serviços	223.363	186.701
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.035	-117.638
7.01.04	Outras	221.917	179.452
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-197.910	-177.580
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-205.099	-256.269
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-9.049	-8.440
7.03.02	Serviços de Terceiros	-48.767	-38.847
7.03.04	Outros	-147.283	-208.982
7.04	Valor Adicionado Bruto	330.524	152.718
7.05	Retenções	-14.112	-12.789
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.112	-12.789
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	316.412	139.929
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	316.412	139.929
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	316.412	139.929
7.09.01	Pessoal	121.041	110.869
7.09.01.01	Remuneração Direta	90.945	82.119
7.09.01.02	Benefícios	22.893	21.935
7.09.01.03	F.G.T.S.	7.203	6.815
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	158.558	34.088
7.09.02.01	Federais	155.095	31.245
7.09.02.02	Estaduais	9	18
7.09.02.03	Municipais	3.454	2.825
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.713	3.702
7.09.03.01	Aluguéis	3.713	3.702
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.100	-8.730
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.100	-8.730

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2020

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, referentes ao primeiro trimestre de 2020. O agradecimento especial será sempre ao nosso colaborador, à fidelidade do cliente Banco da Amazônia e à credibilidade que a instituição dispõe na sociedade em geral. Fechamos o período com lucro de R\$33,1 milhões.

O resultado positivo foi alcançado, sobretudo, pela melhora no resultado operacional, potencializado pela receita de operações de crédito, no montante de R\$126,0 milhões neste trimestre, alavancado pela elevação no crescimento das rendas de financiamentos e de empréstimos; elevação nas Receitas de prestação de serviços, que apresentou crescimento de 17,3% - e Rendas de tarifas bancárias, que demonstrou crescimento de 35,6%; queda de 75,3% da Provisão para operações de crédito neste 1º trimestre; evolução de 23,5% de outras receitas operacionais, com destaque para o *delcredere* do FNO, reversão e recuperação de encargos e despesas; bem como rigoroso acompanhamento das despesas operacionais, que apresentaram decréscimo de 29,5%, motivado pela redução nas despesas de provisões passivas.

A despeito do cenário crítico, a crise teve seu lado positivo, especialmente no que tange ao aspecto da revisão de processos e de inovação. O Banco evoluiu com diversos pleitos, em tempo mínimo, o que demonstra a superação das equipes e o engajamento de seus colaboradores, buscando sempre entregar soluções e superar dificuldades. O caminho não está sendo fácil, no entanto o BASA atua para que as frentes saúde e economia possam estar juntas. O Banco acredita em seus colaboradores e presta todo o apoio necessário para que se sintam mais protegidos e, com serenidade, fazerem parte da solução trabalhando para gerar condições para os empreendedores regionais manterem suas atividades.

O Banco da Amazônia se mantém atuando de forma firme e responsável, sendo representante ativo da sociedade no auxílio das soluções, seja atuando no processo de crédito, suporte, atendimento ou controle.

1. PANORAMA ECONÔMICO

As projeções econômicas para o ano de 2020 previam crescimento da economia nacional e da região Amazônica, o que fora totalmente alterado após crise da pandemia da COVID-19. Após esse acontecimento, é vivenciado um cenário de incertezas e desafios a serem superados na economia, com impactos em quase todas as atividades produtivas.

De forma imediata, os empreendedores urbanos, notadamente comércio e serviços, foram afetados drasticamente, havendo declaração de estado de calamidade pública em toda região de atuação do Banco da Amazônia. Os empreendedores individuais e micro e pequenas empresas que formam a base do desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda, passam por imensas dificuldades. Como forma de dar apoio efetivo às mesmas, o Governo Federal tem adotado diversas medidas como suporte financeiro.

Assim, as dívidas com parcelas a vencer no período de 2020 foram prorrogadas, e por outro lado, foram adotadas diversas medidas para disponibilização de crédito em condições diferenciadas. Nesse sentido, o Banco da Amazônia vem operacionalizando seus recursos em condições de prazos e taxas diferenciadas, com vistas a apoiar os empreendedores da região Amazônica, oportunizando a manutenção do funcionamento dos empreendimentos e dos empregos e rendas, que por fim, contribuirão para que o cenário econômico para este exercício seja revertido da forma mais positiva possível.

Nesse contexto desafiador, o Banco da Amazônia, como instituição financeira voltada ao desenvolvimento regional, torna-se relevante e necessária para que a recuperação da economia regional ocorra num ciclo menor, de forma a minimizar os prejuízos sociais e econômicos.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO COVID-19

O Banco da Amazônia, cumprindo sua missão com a Sociedade e, ainda, com a Segurança, Saúde e o Bem-Estar de seus empregados, aprovou Circular contendo orientações e as medidas administrativas que visam auxiliar os serviços de saúde a reduzir a transmissibilidade do vírus COVID-19 na comunidade e, portanto, retardar a progressão da epidemia.

Para adoção de tais medidas, o Banco levou em consideração a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional emitida pela Organização Mundial da Saúde e as Portarias nº 188 e nº 356, do Ministério da Saúde, que, respectivamente, declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e regulamenta as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública e estado de calamidade pública decorrente do coronavírus.

Essas medidas buscaram preservar a integridade dos colaboradores e público, bem como assegurar um atendimento mínimo que garanta o cumprimento da missão institucional do Banco de desenvolver de forma sustentável a região, especialmente neste momento em que a economia e os negócios regionais de todos os portes precisam do seu banco de fomento.

Abaixo, destacamos algumas das ações empreendidas:

- Criação de gabinete de crise para monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento do COVID-19;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



- Realização de Home office para os colaboradores, em especial para o grupo de risco e coabitantes, bem como possibilidade de antecipação das férias e utilização de abonos e vantagens;
- Escalas de trabalho com horários alternativos e diferenciados;
- Menores aprendizes e estagiários afastados temporariamente;
- Redução de horário para atendimento ao público nas agências, garantindo quantitativo mínimo de empregados;
- Atendimento de, no máximo, 10 clientes por vez nas agências, para evitar aglomerações;
- Incentivo aos clientes para uso dos canais digitais do Banco;
- Suspensão dos acessos biométricos e restrição de acesso de pessoas ao edifício Sede do Banco, em Belém do Pará, Centrais de Crédito e Cadastro de Unidades;
- Suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais;
- Distribuição de 60 mil máscaras aos colaboradores, terceirizados, clientes e entidades assistenciais;
- Disponibilização de mais de 1.300 litros de álcool em gel para todas as unidades do Banco da Amazônia;
- Parceria para realização de testes para diagnóstico de COVID-19 nos colaboradores;
- Atendimento médico virtual aos colaboradores, contribuindo para desafogar o sistema de saúde;
- Disponibilização de reembolso de um kit de medicamentos, para cada empregado da ativa do Banco;
- Campanha Arrecadação Solidária, em consonância com o programa Pátria Voluntária do Governo Federal, onde os recursos recebidos serão revertidos em compras de itens de higiene e alimentação, com foco nos grupos de idosos, população de rua, deficientes, povos e comunidades tradicionais, além de outros públicos vulneráveis.

Paralelamente às medidas protetivas individuais, o Banco da Amazônia, em plena sintonia com as ações e orientações do Governo Federal, adotou medidas de apoio aos empreendedores regionais, bem como de estímulo à economia, como:

- prorrogação do pagamento de parcelas de operações de crédito comercial e financiamentos do FNO;
- adequação dos prazos de carência e de pagamento das operações de crédito comercial para pessoas jurídicas;
- Implementação do serviço de atendimento via WhatsApp para cliente e não cliente como forma de incrementar a quantidade de ferramentas de contato com o cliente.
- Criação da área no site institucional **Relacionamento BASA**, onde o cliente e o não cliente PF e PJ podem realizar solicitações negociais de forma não presencial;
- Flexibilização de taxas das linhas de capital de giro;
- disponibilização de nova linha de crédito, denominada **FNO-Emergencial COVID-19**, que tem o objetivo de promover a recuperação ou a preservação das atividades produtivas afetadas pelo estado de calamidade, sendo disponibilizados **R\$ 2 bilhões** para esta linha.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico (PE) do Banco da Amazônia foi revisado, apresentando recorte temporal ampliado para o período 2020 a 2025, recebendo aprovação do Conselho de Administração em novembro/2019.

Mediante análise sob diversos aspectos, a revisão reafirmou o compromisso institucional do Banco com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, preservando suas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais e, como instituição financeira responsável, buscou não só atender a viabilidade econômica da empresa, mas, preeminentemente, atuar como agente redutor de desigualdades na Região.

Nesse sentido e com a finalidade de impulsionar o crescimento da Instituição, o Plano Estratégico 2020-2025 foi desenvolvido com 09 objetivos específicos, por meio de novas diretrizes, além da habitual necessidade de atualização e revisão de processos e, ainda, considerando o cenário externo que envolve, dentre outros elementos, a dinâmica do mercado financeiro; mudanças na economia; diretrizes governamentais; a velocidade nas transformações tecnológicas; extinção e descoberta de novas profissões, sem contar com a inteligência artificial que desafia a todos os segmentos.

Também é prevista a revisão dos canais de atendimento, de forma a aumentar a capilaridade da instituição, seja através dos canais digitais, agências de negócios, correspondentes bancários e agentes terceirizados, que oportunizarão a diversificação dos canais de distribuição do crédito.

Nesse formato, pretende-se solidificar a atuação do banco como principal agente de fomento da região Amazônica e alavancar os resultados através da rentabilização dos clientes.

Projetos Corporativos

Alinhado às estratégias de negócios e melhoria de governança, o Banco vem atuando em projetos corporativos visando desenvolver novas tecnologias e programas de inovação, incentivando um ambiente criativo dentro da Instituição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



No intuito de reforçar, ainda mais, sua estrutura de Governança Corporativa, o Banco trabalha na implantação das diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação e busca adequar-se às exigências da Lei 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados.

No que tange a maior eficiência operacional, o Banco investe na Centralização do Cadastro, objetivando a qualificação dos processos e representando uma iniciativa importante para a etapa de digitalização, o que irá repercutir em modelo mais ágil e moderno no relacionamento com os clientes.

No tocante à área de tecnologia, o Banco atua com o objetivo de alcançar maior eficiência do sistema de fomento, através de implantação de plataforma moderna e menos custosa. Da mesma forma, o Banco vem finalizando o projeto de Desligamento de Mainframe, no intuito de garantir maior celeridade, melhoras operacionais e segurança nos processos de crédito, além de redução de custos. Desta forma, o Banco avança em seu objetivo de modernização da arquitetura tecnológica dos sistemas, fortalecendo, ainda mais, os projetos de inovação e transformação digital, incentivando com seus projetos, não só a atualização do ferramental, como também a mudança de cultura na instituição.

2. FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA – FINAM

Na forma do disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM é operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. No primeiro trimestre de 2020, o Fundo apresentou um patrimônio líquido de R\$ 558 milhões, e pagou ao Banco da Amazônia, pela operacionalização deste Fundo, uma taxa de administração no valor de R\$ 2,9 milhões.

3. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e integrado da Região Norte mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços

O FNO tem como finalidade reduzir a desigualdade social na Amazônia, por meio do acesso ao crédito com taxas e prazos diferenciados. Os recursos do FNO são aplicados em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo – CONDEL, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pelas orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia.

Crédito de Fomento - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, tem como premissa em sua atuação, promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, através da utilização dos recursos de sua carteira de fomento, tendo como principal fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Os financiamentos concedidos através das fontes de fomento utilizadas pelo Banco da Amazônia têm contribuído, decisivamente, para a criação de novas oportunidades de trabalho, a inclusão social, o fortalecimento da economia de base familiar, o crescimento das micro e pequenas empresas, o incremento do valor bruto da produção e do PIB regionais, a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, entre outros benefícios.

Para o ano de 2020 foi disponibilizado, para investimentos na região, o valor de R\$10,8 bilhões dos quais, R\$ 7,7 bilhões são oriundos do FNO.

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no 1º trimestre de 2020 priorizaram os empreendimentos de menor porte - agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte - com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

De janeiro a março de 2020, as contratações do FNO, totalizaram R\$ 2.003,5 milhões, superando em 144,54% valor referente ao 1º trimestre de 2019, de R\$ 819,3 milhões.

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário			
valores em mil (R\$)			
PORTE	1ºT2020	1ºT2019	Valores
	Valor	Valor	Δ %
Mini/micro	129.353	107.011	20,88
Pequeno	333.901	271.797	22,85
Pequeno/Médio	169.640	92.308	83,78
Médio	159.670	219.655	-27,31
Grande	1.210.949	128.514	842,27
TOTAL	2.003.514	819.285	144,54

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



O setor rural contratou R\$ 616,6 milhões, representando 30,8% das contratações, e os demais setores, R\$ 1.386,9 milhão - 69,2%. O setor de Infraestrutura foi o principal responsável pelo incremento nas contratações de FNO neste trimestre, conforme Tabela abaixo:

FNO - Contratações por Setor Econômico					
SETOR ECONÔMICO	1ºT2020		1ºT2019		Valores Δ %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Rural	616.599	30,8%	550.543	30,8%	12,00
Demais setores	1.386.915	69,2%	268.742	69,2%	416,08
TOTAL	2.003.514	100,0%	819.285	100,0%	144,54

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Considerando as contratações do FNO por Estado, a demanda pelo crédito dos Estados é influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a existência de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local.

FNO - Contratações por Estado					
ESTADO	1ºT2020		1ºT2019		Δ %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Acre	35.713	1,80%	29.168	3,60%	22,44
Amazonas	488.092	24,40%	68.747	8,40%	609,98
Amapá	15.487	0,80%	7.973	1,00%	94,25
Pará	373.362	18,60%	294.682	36,00%	26,70
Rondônia	262.437	13,10%	241.092	29,40%	8,85
Roraima	625.090	31,20%	15.209	1,90%	4010,00
Tocantins	203.333	10,10%	162.415	19,80%	25,19
TOTAL	2.003.514	100,0%	819.285	100,0%	144,54

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou, no 1º trimestre de 2020, lucro de R\$33,1 milhões, ante a um prejuízo de R\$8,7 milhões no 1º trimestre de 2019.

Resultado Operacional

No resultado operacional do 1º trimestre deste ano observou-se um crescimento de 652,4% com relação ao ano passado, registrando R\$132,4 milhões, contra um prejuízo R\$24,0 milhões no 1º trimestre de 2019. Esta evolução foi impulsionada pelo aumento nas receitas de prestação de serviços e de receitas operacionais e pela queda nas despesas de provisão e de outras despesas operacionais.

As maiores variações ocorreram nos itens:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



ITENS	1ºT2020	1ºT2019	VARIAÇÃO	DESTAQUE
Receitas de operações de crédito	126,0 milhões	106,4 milhões	18,4% ↑	Crescimento das rendas de financiamentos e de empréstimos.
Receitas de prestação de serviços	190,7 milhões	162,6 milhões	17,3% ↑	Maior contribuição em valores para as rendas de administração de fundos – FNO (maior volume de repasses de recursos).
Rendas de tarifas bancárias	32,6 milhões	24,1 milhões	35,6% ↑	Crescimento tanto nas tarifas PF quanto nas Tarifas PJ.
Provisão para operações de crédito	29,0 milhões	117,7 milhões	75,3% ↓	A queda na provisão ocorreu tendo em vista que no 1º trimestre de 2019 houve o agravamento de nível de risco e elevação na carteira Banco e FNO - risco compartilhado.
Outras receitas operacionais	221,4 milhões	179,3 milhões	23,5% ↑	Destaque para o <i>delcredere</i> do FNO, Reversão e Recuperação de encargos e despesas.
Operações com títulos e valores mobiliários	164,4 milhões	230,4 milhões	28,6% ↓	Redução devido à queda na Taxa SELIC e pelo aumento nas taxas de juros dos ativos em função do cenário econômico e da pandemia.
Despesas de operações de empréstimos e repasses	161,9 milhões	126,4 milhões	28,1% ↑	Crescimento nas despesas com banqueiros no exterior e FMM e redução na despesa com disponibilidade do FNO.
Outras despesas administrativas	75,6 milhões	63,8 milhões	20,7% ↑	Crescimento em despesas de processamento de dados e propaganda e publicidade.
Outras despesas operacionais	147,3 milhões	209,0 milhões	29,5% ↓	Redução nas despesas de provisões passivas - Trabalhista, Cíveis, Provisão do FNO.

Crédito Comercial

A carteira comercial encerrou o 1º trimestre de 2020 com R\$1.288,4 milhões, apresentando crescimento de 33,7%, comparativamente ao mesmo período de 2019, que encerrou com R\$963,0 milhões, demonstrando a ampliação do crédito. Os acréscimos mais relevantes ocorreram na modalidade Empréstimos, registrando aumento de 31,4%, fechando o trimestre com R\$1.180,7 milhões, ante ao valor de R\$898,4 milhões no 1º trimestre de 2019.

Micro e Pequenas Empresas

O Banco da Amazônia, por meio de campanhas de incentivo, apresentou acréscimo de 39,5%, na aplicação de recursos e 17,5% na quantidade de Empresas atendidas para as Micro e Pequenas empresas, em comparação com o 1º trimestre de 2019.

FOMENTO - MPE					
valores em mil (R\$)					
1ºT2020		1ºT2019		Empresas	Valores
Qtd. Empresas	Valor	Qtd. Empresas	Valor	Δ (%)	Δ (%)
673	145.889	574	104.581	17,25	39,50

Fonte: NSISARD

Microempreendedor Individual – MEI

No 1º Trimestre de 2020 o BASA aplicou, para os Microempreendedores Individuais, o montante de R\$ 1,3 milhão. Em comparação ao mesmo período do ano passado, quando o Banco aplicou R\$ 1,1 milhão, percebe-se um crescimento de 21,27%. Esse valor pode ser considerado relevante dada a atual situação de calamidade pública ocasionada pela pandemia do COVID-19.

Vale ressaltar, que o Banco da Amazônia passou a fazer parte, neste primeiro trimestre de 2020, da plataforma e-CREDMEI do Ministério da Economia, onde os Microempreendedores Individuais acessam o Portal do Empreendedor e fazem upload de documentação e solicitam atendimento e crédito conforme sua necessidade. O Banco recebe o contato da solicitação e encaminha para a unidade da rede mais próxima ao cliente para contato e início de relacionamento.

MICROFINANÇAS

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Amazônia Florescer, atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia - Amazoncred, responsável pela operacionalização do programa por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares no local onde desenvolvem suas atividades, envio de propostas de crédito ao Banco da Amazônia, bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança. A vertente urbana faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO, enquanto a vertente rural atua junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

No primeiro trimestre de 2020, o Programa Amazônia Florescer atuou no microcrédito urbano atendendo 9.833 empreendedores populares, aplicando o montante de R\$ 24,10 milhões, um aumento de 0,54% em relação ao 1º Trimestre de 2019, ocasião em que foi aplicado o valor de R\$ 23,97 milhões. Este aumento não foi tão significativo por conta dos impactos nas contratações no mês de março de 2020 devido à pandemia do COVID-19.

No que tange ao microcrédito rural, no 1º trimestre de 2020 o banco aplicou o montante de R\$ 2.193 milhões, comparado ao mesmo trimestre do ano 2019, quando o banco aplicou R\$ 1.434 milhões, atingindo um aumento de 52,85%, sendo esse aumento relevante

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



no tocante a atual situação de calamidade pública vivenciada em muitos municípios por conta da pandemia do COVID-19, que afeta a comercialização dos produtos produzidos pelos micro produtores rurais, especialmente os que trabalham com hortaliças e fruticultura.

Receita de Recuperação de Crédito

O resultado consolidado da recuperação do 1º trimestre de 2020, reflete o momento de dificuldade econômica, a elevação da percepção do risco e o aumento das incertezas para o ambiente de negócios provocado pela pandemia da Covid-19. Mesmo diante desse cenário pouco benigno, registramos resultado de recuperação com volume contábil de R\$ 29,1 milhões, para todas as fontes de recursos incluído o FNO, ante R\$ 18,64 milhões no mesmo período do ano anterior, representando um crescimento de 56,1 %.

Receita de Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços, incluindo tarifas bancárias, apresentaram crescimento de 19,6%. O maior impacto foi verificado na administração de fundos, apresentando o montante de R\$184,6 milhões neste trimestre, devido ao aumento no volume de repasse dos recursos do FNO.

Vale destacar, também, a evolução na receita de tarifas que, no 1º trimestre de 2020, somou o valor de R\$32,6 milhões, apresentando crescimento de 35,6% comparando ao mesmo período de 2019, que foi de R\$24,1 milhões. A elevação das receitas está relacionada a expansão do crédito, crescimento das vendas de produtos e serviços, a automatização, maior monitoramento e controle da cobrança, o que promoveu a elevação tanto nas tarifas PF quanto nas Tarifas PJ.

Receita de Seguridade

A Receita de seguridade, no 1º trimestre de 2020, alcançou o valor de R\$ 3,9 milhões, significando uma elevação de 44,66% comparando ao mesmo período de 2019.

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Ao final do 1º trimestre de 2020, a carteira alcançou o montante de R\$13.200,9 milhões, aumento de 9,9% quando comparado ao 1º trimestre de 2019, que apresentou o montante de R\$12.010,0 milhões. A variação decorreu, principalmente, do aumento da disponibilidade dos recursos do FNO.

A Carteira está composta por 81,7% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 18,3% restantes são de títulos privados - Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros.

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 164,4 milhões neste trimestre, contra R\$230,4 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando redução de 28,6%. Os Ajustes Negativos a Valor de Mercado contribuíram com R\$ 151,5 milhões - R\$ 66 milhões no 1º trimestre de 2019, decorrente do atual cenário econômico e da taxa Selic a seus níveis mínimos.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$199,9 milhões, classificados na categoria “Títulos mantidos Até o Vencimento”, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Despesas de Provisão para Operações de crédito e outros créditos

A PCLD do Banco apresentou queda de 75,3% Neste 1º trimestre de 2020, atingindo R\$29,0 milhões contra R\$117,6 milhões no 1º trimestre de 2019. Esta variação corresponde a R\$88,6 milhões, sendo R\$85,3 milhões na carteira de operações de crédito e R\$3,3 milhões na de outros créditos. O 1º trimestre de 2019 obteve elevada provisão de crédito afetada pelo agravamento de nível de risco, assim como pela elevação na carteira Banco e FNO - risco compartilhado.

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 1º trimestre de 2020 com saldo de R\$4.390,2 milhões, comparado a R\$4.243,3 milhões no 1º trimestre de 2019, tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 57,8% desse total.

LCA: as Letras de Crédito do Agronegócio encerraram o 1º trimestre de 2020 com saldo de R\$219,7 milhões, ante ao saldo de R\$259,8 milhões no 1º trimestre de 2019.

Obrigações por Repasses: No intuito de ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 1º trimestre de 2020 foi de R\$856,0 milhões, face o valor de R\$785,6 milhões no 1º trimestre de 2019.

No que se refere às despesas, com a redução nas captações assim como nas taxas de juros, apresentaram queda, destacadamente as despesas de depósitos a prazo, depósitos especiais e LCA.

Patrimônio Líquido (PL)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



O Banco encerrou o 1º trimestre de 2020 com Patrimônio Líquido de R\$2.172,6 milhões, demonstrando crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período de 2019, quando apresentou o valor de R\$1.995,9 milhões.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar - compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação - é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º trimestre de 2020 encerrou com índice de 12,2%, contra 12,4% no 1º trimestre de 2019.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia mantém constante aperfeiçoamento de sua governança corporativa visando o pleno atendimento a sua função social. A ética está presente nas atuais Declarações Estratégicas do Banco, como um dos primeiros valores: Integridade – Ética e Transparência, aparecendo como um norteador de ações de todos os que atuam na Instituição.

No primeiro trimestre de 2020, o Banco atuou no aprofundamento de elementos de sua governança com a atuação profícua do Conselho de Administração, como órgão de orientação nas ações estratégicas, eletivas e fiscalizadoras, e com o assessoramento dos Comitês de Apoio a Alta Gestão como o Comitê Estratégicos de Risco e Capital, de Crédito, Governança e Sustentabilidade, de Elegibilidade e de Remuneração.

O Conselho de Administração, no 1º trimestre de 2020, realizou 14 reuniões e, em relação aos assuntos com impacto na governança, aprovou diversas Normas de Procedimentos internas, bem como a metodologia de monitoramento de agências e critérios para encerramento de unidades críticas; o novo modelo de agência; a avaliação das agências críticas com base no período de apuração de 2014/2019; revisão da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; o Relatório de atividades da área de Gestão de Integridade; ajustes do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; e a Reorganização administrativa da Secretaria Executiva.

O Conselho de Administração dedicou atenção especial às providências para proceder os ajustes imediatos na Instituição, indispensáveis para se adequar a várias medidas na área econômica editadas pelos órgãos reguladores, de fiscalização e controle para enfrentar a crise decorrente da pandemia COVID-19.

No início do ano, o Banco realizou o Encontro Nacional de Gestores com a participação de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria Executiva e todos os gestores da Instituição, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2019 e foram fornecidas as diretrizes e traçadas as estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2020.

6. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

A gestão da Integridade, no Banco da Amazônia, é baseada em três pilares: Integridade, Correição e Canal de Denúncia, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

Foi iniciado a criação da Política Anticorrupção, que tem como objetivo afirmar que o Banco da Amazônia repudia atos de corrupção, fraude ou atividade ilícita, bem como definir regras e diretrizes pautadas na lei 12.846/13, regulamentada pelo Decreto 8.420/15 e demais legislações aplicáveis para conduzir todos os negócios com ética, segurança, transparência e legalidade, visando assegurar a credibilidade e a imagem da instituição.

A partir de janeiro de 2020 passou a vigorar a nova norma interna de Regime Disciplinar do Banco da Amazônia, normativo que está aderente aos preceitos e normativos da Controladoria Geral da União – CGU, e às recomendações da Auditoria Interna, trazendo maior clareza para o tema, com inclusões de procedimentos que possibilitam tornar o processo mais célere e transparente.

No primeiro trimestre de 2020, o sistema CGU-PAD recebeu um quantitativo de 19 registros, que tratam desde as irregularidades, por não observar procedimentos normativos, à ocorrências de fraudes. Do total de registros, 1 está com a apuração em andamento e 18 aguardam análises. VERIFICAR OS NUMEROS IGUAIS.

O Canal de Denúncia recebeu um quantitativo de 19 registros, que foram efetivados, enumerados e encaminhados para as áreas responsáveis.

7. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco da Amazônia é consolidada de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe das diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites estabelecidos nos termos da RAS (*Risk Appetite Statement*) e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

O Banco, classificado no Segmento 3 (S3), na forma da Resolução 4.553/2017, dispõe em sua estrutura de gerenciamento de risco e de capital: Declaração de Apetite por Riscos – RAS, Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade, o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária - IRRBB, Comitê de Riscos e Indicação – CRO - *Chief Risk Office*, perante o BACEN.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada abordando, nas três linhas de defesa, passos importantes como: identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



entre riscos - Interconectividade. Esse processo integrado aplica-se a todos os níveis hierárquicos, os quais possuem papéis e responsabilidades de gestão de risco e de capital em suas linhas de defesa, inclusive a prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Levando em consideração a magnitude e complexidade do risco, o Banco conduziu a implementação dessas medidas por meio de Projeto Corporativo que contemplou: elaboração e publicação da Declaração de apetite por Riscos (RAS); criação do programa de testes de estresse integrado; reformulação da matriz de Riscos do Banco; designação de novas atribuições para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva; criação do Comitê Estratégico de Riscos e de Capital; e elaboração da Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital.

Essas implantações fortificam a estrutura de gestão riscos e capital do Banco, aprimorando o modelo das Três Linhas de Defesa, tomando a avaliação de riscos e capital parte primordial de qualquer processo, permitindo a minimização das ameaças e impactos, a maximização das oportunidades e o alcance dos objetivos.

O Banco cumprindo sua missão com a Sociedade, criou o Gabinete de Crise com a participação, também, da área de riscos, adotando um plano de contingência para monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento da pandemia do COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para decidir sobre as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.

Novas plataformas de negócios foram criadas, linhas emergências e atendimento digital e presencial diferenciado nas agências, as medidas de controle que a situação requer foram adotadas inclusive as relacionadas ao reforço da segurança de informação e de dados

Alinhando com o cenário atual, o Banco aprimorou suas políticas e seu apetite a risco em virtude do cenário econômico, reviu suas projeções de capital e, deste modo, atualizou os cenários de risco e plano de capital.

8. CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos do Banco da Amazônia está presente, funcional e aderente às boas práticas de mercado e regulamentações vigentes, considerando a natureza, porte, riscos e complexidade de suas operações. A Instituição adota o Modelo de Três Linhas de Defesa que reforça as competências e responsabilidades de todas as unidades da empresa.

Ao longo do primeiro trimestre, em decorrência do atual cenário de pandemia, o monitoramento de normas externas que impactam o ambiente regulatório do Banco foi intensificado, assim como o acompanhamento do cumprimento das solicitações dos órgãos reguladores.

No tocante as avaliações de risco e controle, as atividades no primeiro trimestre foram focadas nos riscos advindos da pandemia, que poderiam impactar a estratégia e objetivos da Instituição. Foram adotadas diversas ações para o enfrentamento da crise. A Alta Administração do Banco está atenta ao novo ambiente e as ações necessárias foram direcionadas para o enfrentamento da crise.

O Banco da Amazônia está atento à nova realidade e necessidades da sociedade que demandam continuidade das ações de fortalecimentos dos controles internos e *compliance*.

9. SEGURANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia, neste primeiro trimestre de 2020, vem mantendo investimentos significantes no âmbito da Segurança Corporativa, promovendo melhorias relacionadas aos controles internos, governança e otimização de processos.

No que tange à Gestão e combate à ilícitos, o Banco publicou nova versão da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, adequando às normas vigentes que tratam sobre o tema; conduziu as ações emergenciais de segurança corporativa no surgimento de ocorrências fraudulentas, com elaboração de Plano de Ação estruturado; elaborou Termo de Responsabilidade, no qual determinado cliente assume o risco de fraude eletrônica, através do canal Internet Banking.

Com relação à segurança cibernética e da informação, o BASA divulgou o treinamento de *phishing* para todos os empregados que não realizaram o treinamento em 2019; contratou empresa para execução de testes de intrusão em diversos sistemas do Banco; aprovou nova versão do plano de ação para implantação da política de segurança cibernética; realizou treinamento intermediário sobre segurança da informação; e concluiu processo licitatório de contratação de empresa especializada para apoiar tecnicamente o Banco na modelagem e implantação dos mecanismos de *compliance* para Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

10. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna - AUDIT, vinculada ao Conselho de Administração, é responsável por fornecer avaliações abrangentes, com o maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança corporativa do Banco da Amazônia, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

No 1º trimestre de 2020, no que se refere ao fortalecimento e desempenho da gestão, a AUDIT executou trabalhos em processos vinculados à entidade fechada de previdência complementar e à segregação de contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT.

Com relação à atuação em estratégia e planejamento, a Auditoria definiu despesas e investimentos para o exercício 2021 e mapeou atividades internas relacionadas ao seu orçamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



Sob a perspectiva do desenvolvimento profissional, a AUDIT buscou capacitações que contemplassem conhecimentos necessários às auditorias que teriam seu início no trimestre, com destaque à: Controle e Suporte Jurídico - Provisão Judicial; Controles Internos e Compliance;

A AUDIT colaborou na organização do curso *in company* “Auditoria Baseada em Risco” - ABR” a todos os auditores, oportunizando participação às áreas relacionadas à segunda linha de defesa; estimulou a realização de capacitações não programadas, agregadas às atividades da Auditoria Interna pela importância para elevar o grau de proficiência da unidade e por atender normativos e orientações de órgãos de fiscalização externa e orientações internas.

11. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal - Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além da capital de São Paulo. No final do 1º trimestre de 2020, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 09 superintendências e 122 unidades, sendo 120 agências e 2 Postos de Atendimento Avançado.

No primeiro trimestre de 2020 foi concluída a implantação da Centralização do Cadastro, atendendo todas as unidades do Banco, proporcionando ao processo maior confiabilidade e governança. Com a implantação e a segregação do processo de cadastro, ocorrerá a verificação e a validação das informações documentais inseridas no sistema cadastral, além de padronizar o fluxo e a guarda destes documentos em repositório eletrônico.

Canais de Atendimento

Visando o conforto e segurança aos clientes e usuários, o Banco da Amazônia disponibilizou alternativas de atendimento, suprimindo as demandas dos consumidores no período de pandemia do Coronavírus, são elas:

- **APP Sua conta BASA:** Canal criado para abertura de Conta Corrente Pessoa Física e Jurídica 100% digital. Acesso fácil e descomplicado ao serviço qualquer hora do dia sem a necessidade de ir à agência.
- **Atendimento pelo WhatsApp e Relacionamento BASA:** Canais de atendimento criados para que os clientes e usuários tenham informações rápidas com respostas automáticas sobre os produtos e serviços do Banco sem sair de casa.

12. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços.

No primeiro trimestre de 2020, a Ouvidoria recebeu 29 demandas, sendo: 14 reclamações, 11 denúncias, 2 elogios, 1 solicitação e 1 sugestão; todas respondidas no prazo regulamentar. Entre as denúncias: 7 foram classificadas improcedentes e 4 atendidas. Dentre as 14 reclamações: 5 foram qualificadas procedentes solucionadas, 8 improcedentes e 1 procedente não-solucionada.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria atende aos pedidos de informações públicas relacionadas às atividades do Banco da Amazônia, em consonância com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação - LAI. No período foram recebidas no SIC: 50 demandas, sendo todas respondidas no prazo regulamentar.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR, do Banco Central, 9 registros de reclamação, sendo: 2 reguladas procedentes, 2 reguladas improcedentes, 4 não reguladas e 1 não conclusiva.

O Banco da Amazônia figurou entre as instituições que ficaram fora do Ranking de Reclamações do Banco Central por ter recebido apenas 2 demandas classificadas procedentes.

No canal consumidor.gov, mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor e vinculado ao Ministério da Justiça foram recebidas 11 demandas, todas respondidas no prazo regulamentar, com prazo médio de resposta de 3,81 dias.

A Ouvidoria participou do evento “Portal de Dados Abertos do BC, seu potencial e funcionalidades”, realizado pelo Banco Central do Brasil (Belém-PA) em março de 2020, onde o BCB apresentou o seu portal de Dados Abertos.

O Comitê das Ouvidorias, Corregedorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB) e os Tribunais de Contas de todo o País promoveram no dia 16 de março de 2020, o “Ouvidoria Day”. Evento de estímulo à atuação das Ouvidorias do Sistema Tribunais de Contas, com ênfase no fomento ao Controle Social e à Transparência Pública. Foi realizado no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) e teve a participação da Ouvidoria do Banco da Amazônia.

13. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Neste primeiro trimestre de 2020, o Banco segue com o projeto de Desativação do Mainframe e da Modernização Tecnológica dos seus legados. O Sistema de Gestão das Operações de Fomento já foi portado e está em Nova Plataforma - WEB, sendo utilizado em todas as agências. Destaca-se, também, o início do novo sistema de controle do jurídico;

Diante da pandemia, a área de TI construiu a Matriz de Riscos, cuja análise resultou em ações de mitigação, e dentre elas estão:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



- garantir a disponibilidade dos serviços nos canais de atendimento, através da disponibilização de acesso e monitoramento remoto contínuo dos equipamentos de rede e segurança pela equipe de suporte;
- implantação de infraestrutura de redes com maior segurança, possibilitando o trabalho em Home Office de 1250 usuários;
- implantação de ferramentas online, que garantiram as atividades em home office, e foram fundamentais para a continuidade dos trabalhos diante da Pandemia;
- Organizar, distribuir tarefas e estruturar controles através das ferramentas remotas, inclusive com as empresas terceirizadas, prestadora de serviços de manutenção dos sistemas do Banco.
- manter equipe permanente para trabalhar em atendimentos presenciais de forma segura e em conformidade com as orientações de saúde nas instalações do Banco.
- criação de ramais remotos para atendimento ao usuário, para garantir 100% de atendimento no horário de 07:00h às 18:00h.
- monitoramento dos links redundantes (Backup) para que, em caso de queda do link principal, os serviços se mantenham ativos.

14. GESTÃO DE PESSOAS

No primeiro trimestre 2020, o Banco investiu R\$ 772,8 mil em ações educacionais, com o qual foram oportunizadas 4.573 participações para os empregados do Banco em treinamentos de Crédito e Negócios, Auditoria, Controle e Risco, Desenvolvimento Pessoal e Administrativo. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, pós-graduação e mestrado.

O Banco da Amazônia, diante das mudanças e exigências do mercado, em especial pela transformação digital nas empresas, vem buscando adequar sua estrutura e estratégia corporativa como ações de competitividade de mercado. Em 2020, está prevista a contratação de 90 novos empregados, via concurso público, da carreira de técnico bancário - nível médio.

O Banco encerrou o 1º trimestre de 2020, contando com 2.905 empregados - 2.965 no 1º trimestre de 2019.

Várias ações são realizadas pelo BASA com o objetivo de fortalecer a integração funcional no ambiente de trabalho, objetivando a melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais, o reconhecimento e a valorização do empregado. Dentre as ações estão o Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Programa Ver O Peso; Corredores em Ação; Cuidando de sua Saúde; Feiras Orgânicas e Artesanais; Valorização da Diversidade; Projeto COOPERAÇÃO; Programa de Voluntariado, dentre outros.

Programa de Aposentadoria Incentivada

O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) do Banco da Amazônia foi lançado em 13/12/2019, com o objetivo de incentivar o desligamento voluntário dos empregados, tendo como público alvo os empregados aposentados, participantes dos Planos de Benefícios Previdenciais Saldados - Plano Saldado de Benefício Definido, Plano Misto de Benefícios Saldado e PrevAmazônia da CAPAF. A previsão de desligamentos ficou limitada a 375 empregados e/ou a disponibilidade orçamentária do Banco.

Foram desligados, até 31/03/2020, 43 empregados, com previsão de 47 novos desligamentos até 12/06/2020.

Previdência Complementar

A partir de janeiro de 2020, os planos de previdência complementar dos empregados e aposentados do Banco da Amazônia passaram a ser administrados por 2 (duas) entidades, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e a BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Atualmente o Banco da Amazônia oferta a todos os seus colaboradores da ativa o acesso ao plano de previdência complementar PrevAmazônia, estruturado na modalidade de contribuição variável, cuja adesão é facultativa. Os demais planos estão fechados para novas adesões.

15. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)

Os planos de benefício de previdência complementar, Benefício Definido-BD, Misto e Assistidos de Responsabilidade do Banco, são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A - CAPAF, que se encontra sob intervenção da PREVIC desde 2011. A Portaria nº 289 de 19/04/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou a intervenção por mais 180 dias a contar de 07 de abril de 2020.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos planos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Quanto a transferência do Plano Saldado de Benefício Definido - BD Saldado, Plano Misto de Benefício Saldado - Misto Saldado e Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia, da CAPAF para a BB Previdência -, após comunicados aos participantes e assistidos, na forma regulamentar, a CAPAF, por meio de encaminhamento padrão, protocolou em 27.05.2019 na PREVIC, toda a documentação necessária para análise do processo de transferência de gerenciamento dos citados planos. A transferência ocorreu efetivamente em 01.01.2020.

Com base em 31.03.2020 a CAPAF efetua a gestão de 1.262 participantes sendo 930 do plano BD e 140 participantes do plano Misto, faz ainda gestão dos aposentados de responsabilidade do Banco no quantitativo de 192 pessoas, desses com a coparticipação do Banco no pagamento da folha.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, ajuizada pela União, tendo o Banco como assistente, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

Designada data de julgamento para o dia 18.07.2019, o Banco da Amazônia peticionou junto ao TRT-MA para que o processo fosse retirado de pauta, haja vista a tramitação de estudos visando a possível resolução do processo pela via de composição entre as partes interessadas; o prazo solicitado pelo Banco foi de 120 dias; deferido o prazo em audiência com a presença das partes, o Banco está com os estudos finalizados, entretanto, diante da suspensão das atividades forenses por conta da Pandemia COVID-19, não foi possível prosseguir na etapa seguinte que é a apresentação em Juízo e promoção de reunião com as partes interessadas.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

Considerando que em 06 de fevereiro de 2017 transitou em julgado a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela Associação dos Aposentados do Banco da Amazônia (AABA), em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD).

A Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na data de 02 de março de 2018, processo nº1000104-23.2018.5.00.0000. Em análise preliminar, foi concedida tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, ocorreu a revogação da tutela e determinada a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso que fora improvido.

O Banco foi intimado em março de 2019, tendo requerido seu ingresso na lide na condição de assistente da União. O processo foi colocado em pauta de julgamento de dezembro de 2019, no entanto, a pedido do Banco, o órgão responsável pelo julgamento adiou o julgamento da ação para fevereiro/2020, tendo o processo incluído em pauta de julgamento do mês de março, no entanto, diante da suspensão das atividades forenses por conta da Pandemia COVID-19, o julgamento foi sobrestado, ainda sem data prevista.

16. OUTROS DESTAQUES

Banco da Amazônia e AmazonCred renovam parceria para 2020

Iniciada em 2007, a atuação conjunta em prol dos agricultores familiares e pequenos empreendedores completou em dezembro do ano passado 12 anos. De lá para cá, foram implementadas 18 unidades de microfinanças, sendo 13 do Amazônia Florescer Urbano e 5 do Amazônia Florescer Rural. A previsão é de que sejam abertas dez novas unidades de microfinanças do Programa Amazônia Florescer ainda este ano.

Unidades repassam doações ao Fundo da Criança e do Adolescente e do Idoso

Pelo terceiro ano consecutivo, o Banco da Amazônia destinou 1% do Imposto de Renda devido no exercício fiscal para o atendimento de crianças e idosos em situação de vulnerabilidade social na região. Ao todo, já somam R\$5,6 milhões doados desde 2017, recursos que beneficiaram milhares de crianças, adolescentes e idosos que vivem na Amazônia Legal.

Governo do Estado do Amazonas firma parceria com o Banco da Amazônia

Em reunião realizada em janeiro de 2020, com participação do Governo do Estado do Amazonas, do Programa Amazônia Florescer do Banco da Amazônia, bem como de outras entidades, foram discutidas parcerias e ações sociais para o primeiro semestre de 2020. Os representantes do BASA manifestaram o interesse e a disposição em atender os empreendedores da comunidade local com os produtos e serviços existentes, especialmente o financiamento de capital de giro.

Banco sedia o Fórum Nacional de Gestão de Ética nas Empresas Estatais

No dia 13 de março de 2020, o Banco da Amazônia foi o anfitrião do Fórum Nacional da Gestão da Ética nas Empresas Estatais. A reunião do Fórum ocorreu na sede do BASA, em Belém do Pará. O Fórum das Estatais reúne 22 empresas do Governo Federal. O evento ocorre em um momento em que a temática ética tem ganhado cada vez mais relevância perante a sociedade brasileira.

O Fórum é um importante espaço de cooperação entre as estatais para o fortalecimento da gestão da ética. Ao longo de sua existência, a entidade tem funcionado como um importante centro de debates, esclarecimentos e compartilhamento de boas práticas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos de divulgação, educação e apuração na esfera ética de cada uma das empresas estatais que o compõem.

17. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no 1º trimestre de 2020, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2020



A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto Operacional
- Nota 2 - Apresentação das Informações Trimestrais
- Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
- Nota 4 - Caixa e Equivalentes a Caixa
- Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
- Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
- Nota 7 - Operações de Crédito
- Nota 8 - Outros Créditos
- Nota 9 - Ativo Permanente
- Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
- Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por Repasses
- Nota 13 - Outras Obrigações
- Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
- Nota 15 - Patrimônio Líquido
- Nota 16 - Imposto de Renda e Contribuição Social
- Nota 17 - Desdobramento das Contas de Resultado
- Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
- Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
- Nota 24 - Partes Relacionadas
- Nota 25 - Benefícios a Empregados
- Nota 26 - Remuneração Paga aos Empregados
- Nota 27 - Processo de Gerenciamento de Riscos
- Nota 28 - Análise de Sensibilidade
- Nota 29 - Demonstração do Resultado Abrangente
- Nota 30 - Eventos Subsequentes
- Nota 31 - Outras Informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.959/19 do Bacen foram incluídas na divulgação do Banco da Amazônia S.A. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

As principais alterações introduzidas foram:

Balanco Patrimonial: apresentação das contas do ativo e do passivo baseada somente na liquidez e na exigibilidade; Deve ser evidenciado, no Balanco Patrimonial ou em notas explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo. O Banco irá apresentar a segregação de curto e longo prazo nas respectivas notas explicativas; Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes a caixa; instrumentos financeiros (que incluem aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e operações de crédito, por exemplo); provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; créditos tributários; depósitos e demais instrumentos financeiros (como obrigações por repasses do País); e provisões.

Demonstração do Resultado: abertura de despesas de provisões, segregadas as classes mais relevantes; principais itens de outras receitas e despesas.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso (CPC 27).

As informações trimestrais – ITR foram aprovadas pela Administração em 02 de junho de 2020.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B3 – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio e Outros Créditos e Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de Crédito (FNO): De acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001, o valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 13.c).

g) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O investimento e imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.a, 9.b e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.c e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pela Resolução CMN nº 4.424/2015 (nota nº 25).

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda

15%

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – de set/2015 a dez/2018 ¹	20%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – até fev/2020	15%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – a partir de mar/2020 ²	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

⁽²⁾ Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional 103/2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36.

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota nº 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às informações trimestrais;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às informações trimestrais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Houve evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2020 (nota nº 30).

q) Uso de Estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e Equivalentes a Caixa

	31.03.2020	31.12.2019
Disponibilidades	79.222	56.335
Disponibilidade em Moeda Nacional	56.685	53.760
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	22.537	2.575
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	1.571.143	2.256.104
Aplicações no Mercado Aberto	1.571.143	2.256.104
Total	1.650.365	2.312.439

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.03.2020	31.12.2019
Aplicações no Mercado Aberto	1.571.143	2.256.104
Posição Bancada	1.571.143	2.256.104
Letras Financeiras do Tesouro	-	403.001
Letras do Tesouro Nacional	570.001	500.620
Notas do Tesouro Nacional	1.001.142	1.352.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	136.295	142.327
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	160.120	174.601
Provisão para Perdas Aplicações Dep. Interfinanceiros	(23.825)	(32.274)
Total	1.707.438	2.398.431
Circulante	1.633.350	2.398.431
Não Circulante	74.088	-

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$23.825 (R\$32.274 em 31.12.2019), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no trimestre, R\$22.868 (R\$38.019 no 1º trim/2019) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.03.2020	31.12.2019
Carteira Própria – Livres	12.522.510	12.417.795
Títulos Públicos	10.104.865	10.256.989
Letras Financeiras do Tesouro	9.268.772	8.989.675
Letras do Tesouro Nacional	125.693	17.481
Notas do Tesouro Nacional	580.952	1.105.166
Certificados Financeiros do Tesouro	129.448	144.667
Títulos Privados	2.417.645	2.160.806
Debêntures	799.718	819.869
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	30.011	30.005
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	42.058	42.654
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	36.153	36.357
Letras Financeiras	1.509.705	1.231.921
Vinculados a Operações Compromissadas	-	100.161
Títulos Públicos	-	100.161
Letras Financeiras do Tesouro	-	100.161
Vinculados a Prestação de Garantias	678.376	33.064
Títulos Públicos	678.376	33.064
Letras Financeiras do Tesouro	40.804	33.064
Notas do Tesouro Nacional	637.572	-
Total	13.200.886	12.551.020
Circulante	1.123.385	2.691.709
Não Circulante	12.077.501	9.859.311

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 81,7% do total da Carteira (82,8% em 31.12.2019).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$40.233 (R\$30.342 em 31.12.2019) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R\$638.143 (R\$2.722 em 31.12.2019) em garantia de processos judiciais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Quanto ao Vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para Negociação⁽¹⁾	-	-	-	282.038	58.633	-	-	340.671
Títulos Públicos	-	-	-	282.038	58.633	-	-	340.671
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	282.038	58.633	-	-	340.671
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	78.211	86.947	617.552	6.335.739	3.307.265	1.420.427	883.648	12.729.789
Títulos Públicos	-	-	190.364	5.147.353	2.796.912	1.293.867	883.648	10.312.144
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	190.364	5.101.469	2.665.266	1.011.806	-	8.968.905
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	45.884	79.809	-	-	125.693
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	51.837	282.061	883.648	1.217.546
Títulos Privados	78.211	86.947	427.188	1.188.386	510.353	126.560	-	2.417.645
Debêntures	-	15.064	74.901	206.027	399.949	103.777	-	799.718
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC ⁽²⁾	-	-	30.004	7	-	-	-	30.011
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	42.058	-	-	-	-	-	-	42.058
Cotas de Fundos de Invest. - FIFREF	36.153	-	-	-	-	-	-	36.153
Outros Títulos Privados - LFs	-	71.883	322.283	982.352	110.404	22.783	-	1.509.705
3-Títulos Mantidas até o Vencimento	-	-	4	129.448	478	496	-	130.426
Títulos Públicos	-	-	4	129.448	478	496	-	130.426
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4	-	478	496	-	978
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	129.448	-	-	-	129.448
Total 31.03.2020	78.211	86.947	617.556	6.747.225	3.366.376	1.420.923	883.648	13.200.886
Total 31.12.2019	79.011	996.441	584.103	4.814.611	3.940.423	1.579.505	556.926	12.551.020

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos Ajustes

	31.03.2020			31.12.2019		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para Negociação	340.518	340.671	153	880.521	1.032.154	151.633
Letras Financeiras do Tesouro	340.518	340.671	153	337.064	337.319	255
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	543.457	694.835	151.378
Disponíveis para Venda	12.772.799	12.668.691	(104.108)	11.224.870	11.295.426	70.556
Letras Financeiras do Tesouro	8.968.498	8.968.905	407	8.782.492	8.785.581	3.089
Letras do Tesouro Nacional	127.011	125.693	(1.318)	16.639	17.481	842
Notas do Tesouro Nacional	1.219.691	1.156.352	(63.339)	261.712	331.462	69.750
Debêntures	839.576	799.718	(39.858)	822.994	819.869	(3.125)
Cotas Fundos Invest. - FIDC	30.107	30.107	-	30.101	30.101	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	42.058	42.058	-	42.654	42.654	-
Cotas Fundos Invest. - FIFREF	36.153	36.153	-	36.357	36.357	-
Outros Títulos Privados - LF	1.509.705	1.509.705	-	1.231.921	1.231.921	-
Mantidos até o Vencimento	130.426	139.302	8.876	145.643	152.950	7.307
Notas do Tesouro Nacional	978	889	(89)	976	928	(48)
Certificados Fin. do Tesouro	129.448	138.413	8.965	144.667	152.022	7.355

a.3) Marcação a Mercado (Títulos disponíveis para Venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.12.2019
Desvalorização	(442.783)	(268.956)
Valorização	338.675	339.512
Total	(104.108)	70.556

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º trim/2020	1º trim/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.868	38.019
Títulos de Renda Fixa	140.512	189.844
Aplicação Fundos de Investimentos	118	724
Lucros com Títulos de Renda Fixa	144.248	1.950
Ganhos/Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.449	-
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(278)	(46)
TVM - Ajuste Negativo ao Valor de Mercado	(151.479)	(66)
Total	164.438	230.425

7. Operações de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.03.2020			31.12.2019		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de Crédito						
Empréstimos	1.115.248	65.402	1.180.650	1.173.174	51.570	1.224.744
Direitos Cred. Descontados	15.612	1.086	16.698	15.514	561	16.075
Financiamentos	1.016.003	154.907	1.170.910	1.034.704	146.042	1.180.746
Financiamentos Rurais	1.057.870	73.713	1.131.583	1.010.461	89.850	1.100.311
Subtotal	3.204.733	295.108	3.499.841	3.233.853	288.023	3.521.876
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito						
Diversos	-	226	226	-	237	237
Subtotal	3.204.733	295.334	3.500.067	3.233.853	288.260	3.522.113
Adiant. s/ Contrato Câmbio	66.172	24.805	90.977	61.600	19.780	81.380
Total da Carteira	3.270.905	320.139	3.591.044	3.295.453	308.040	3.603.493
(Provisões)						
(Operações de Crédito)	(166.881)	(213.863)	(380.744)	(163.299)	(208.141)	(371.440)
(Outros Créditos)	-	(7)	(7)	-	(7)	(7)
(Câmbio)	(7.129)	(24.674)	(31.803)	(7.287)	(18.085)	(25.372)
Total das Provisões	(174.010)	(238.544)	(412.554)	(170.586)	(226.233)	(396.819)
Total Líquido	3.096.895	81.595	3.178.490	3.124.867	81.807	3.206.674
Circulante			1.512.062			1.518.460
Não Circulante			1.666.428			1.688.214

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.03.2020	31.12.2019
Setor Público	-	1.305
Administração Direta	-	1.305
Setor Privado	3.591.044	3.602.188
Rural	1.139.528	1.108.942
Indústria	939.390	971.643
Comércio	652.374	672.698
Pessoas Físicas	551.897	547.020
Serviços	306.418	300.330
Intermediários Financeiros	1.437	1.555
Total da Carteira	3.591.044	3.603.493

b) Concentração dos Principais Devedores:

	31.03.2020	% Carteira	31.12.2019	% Carteira
Maior devedor	256.697	7,1	252.111	7,0
10 maiores devedores	923.739	25,7	919.062	25,5
50 maiores devedores	844.988	23,5	852.732	23,7
100 maiores devedores	256.794	7,3	254.100	7,0
Demais devedores	1.308.826	36,4	1.325.488	36,8
Total	3.591.044	100,0	3.603.493	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas:

c) Operações a Vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
AA	1.268	16.391	151.152	2.348	32.771	18.420	222.350
A	74.329	73.136	195.512	158.461	270.987	528.007	1.300.432
B	34.639	39.017	57.779	99.535	129.127	704.746	1.064.843
C	12.273	9.531	14.221	25.136	68.070	201.144	330.375
D	2.360	11.829	1.814	6.446	6.903	21.975	51.327
E	1.520	1.187	900	8.278	8.712	184.776	205.373
F	424	496	47	975	141	16.116	18.199
G	279	168	490	406	5.863	15.805	23.011
H	906	1.094	493	2.219	7.617	42.666	54.995
Total 31.03.2020	127.998	152.849	422.408	303.804	530.191	1.733.655	3.270.905
Total 31.12.2019	95.368	112.597	278.671	483.592	562.194	1.763.031	3.295.453

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações Vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
B	1.839	732	1.162	2.185	3.258	7.317	16.493
C	2.721	6.908	639	1.326	1.876	4.286	17.756
D	2.561	629	2.682	809	2.644	5.976	15.301
E	801	750	840	27.845	1.268	2.580	34.084
F	1.062	1.022	1.982	2.629	2.489	5.699	14.883
G	557	978	375	2.711	1.216	4.068	9.905
H	5.119	5.270	6.194	22.463	55.809	116.862	211.717
Total 31.03.2020	14.660	16.289	13.874	59.968	68.560	146.788	320.139
Total 31.12.2019	45.114	12.908	13.647	36.476	49.933	149.962	308.040

e) Composição das Operações de Crédito e da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

31.03.2020	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor Privado	222.350	1.300.432	1.081.336	348.131	66.628	239.457	33.082	32.916	266.712	3.591.044
Rural	64.924	587.291	271.559	39.399	35.868	71.590	8.300	16.723	43.874	1.139.528
Indústria	6.260	18.140	406.240	164.232	11.546	157.101	12.385	27	163.459	939.390
Comércio	136.504	114.147	273.114	48.315	11.212	5.016	2.549	14.208	47.309	652.374
Intermediários Financeiros	-	-	1.437	-	-	-	-	-	-	1.437
Outros Serviços	2.042	231.624	24.337	36.303	422	186	8.249	364	2.891	306.418
Pessoas Físicas	12.620	349.230	104.649	59.882	7.580	5.564	1.599	1.594	9.179	551.897
Total da Carteira	222.350	1.300.432	1.081.336	348.131	66.628	239.457	33.082	32.916	266.712	3.591.044
Percentual Requerido	-	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	-
Prov. Requerida/Constituída	-	(6.502)	(10.814)	(10.444)	(6.663)	(71.837)	(16.541)	(23.041)	(266.712)	(412.554)
31.12.2019										
Total da Carteira	222.151	1.200.613	1.198.084	389.828	51.550	213.826	39.375	33.053	255.013	3.603.493
Prov. Requerida/Constituída	-	(6.003)	(11.981)	(11.695)	(5.155)	(64.148)	(19.687)	(23.137)	(255.013)	(396.819)

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º trim/2020	1º trim/2019
Saldo no Início do Período	(396.819)	(239.961)
Provisões Constituídas	(29.035)	(117.638)
Valores Baixados para Prejuízo	13.300	14.195
Saldo no Final do Período	(412.554)	(343.404)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.261.267 (R\$1.255.790 em 31.12.2019).

g) Receitas de Operações de Crédito

	1º trim/2020	1º trim/2019
Empréstimos	38.110	33.451
Direitos Creditórios Descontados	1.031	1.687
Financiamentos	52.933	38.743
Financiamentos Rurais	22.247	21.823
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	11.655	10.684
Total	125.976	106.388

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º trim/2020	1º trim/2019
Renegociadas ^(*)	21.711	11.597
Carteira Comercial	8.792	3.256
Carteira de Fomento	12.919	8.341
Recuperadas	11.655	10.684
Carteira Comercial	6.546	1.474
Carteira de Fomento	5.109	9.207
Outros - FNO	-	3

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

Em ambas as carteiras de fonte de recursos próprios, comercial e fomento, a modalidade de renegociação foi exclusivamente administrativa. Na carteira de fomento, 4 (quatro) clientes concentraram 70% do volume renegociado. Na carteira comercial alcançamos uma quantidade maior de contratos renegociados no trimestre (253 operações) e, portanto é o que justifica o incremento do volume renegociado comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior.

8. Outros Créditos

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	31.03.2020	31.12.2019
Carteira de Câmbio	88.713	83.616
Crédito Tributário (nota nº 16.c)	1.465.208	1.482.094
Adiantamentos e Antecipações Salariais	11.951	402
Adiantamentos para Pagamentos	75	40
Devedores por Compra de Valores e Bens	226	237
Impostos e Contribuições a Compensar	85.148	69.420
Devedores Diversos	18.165	16.582
Outros Instrumentos Financeiros	186.122	165.177
Rendas a Receber	82.408	98.894
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.a)	56.166	55.379
Pagamentos a Ressarcir	25.525	10.847
Bônus de Adimplência OGU/STN/FAT	1.860	1.302
Saque a Ressarcir Rede Compartilhada	970	970
Equalização – STN/FDA	525	525
Suprimento 24 Horas	5.309	3.934
Rebates	1.458	1.458
Tributos Federais Recolhidos a Compensar	3.839	629
Outros Pagamentos	11.564	2.029
Títulos e Créditos a Receber	22.023	57
Com Característica de Concessão de Crédito	21.711	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	312	57
Remuneração OGU	277	22
Outros Títulos	35	35
Ativos Atuariais - CAPAF	107.769	107.769
(-) Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	(107.769)	(107.769)
Devedores para Apuração de Responsabilidades	20.788	21.589
(-) Provisão para Apuração de Responsabilidades	(20.788)	(21.589)
Provisão para Outros Créditos	(31.810)	(25.379)
Total	1.823.798	1.792.189
Circulante	730.002	501.694
Não Circulante	1.093.796	1.290.495

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$107.769 (R\$107.769 em 31.12.2019), decorrentes de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo.

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$20.788 (R\$21.589 em 31.12.2019), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente.

9. Ativo Permanente

a) Investimentos

	31.03.2020	31.12.2019
Incentivos Fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ Perdas em Invest. p/ Inc. Fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos Patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267

b) Imobilizado de Uso

	31.03.2020	31.12.2019
Imóveis de Uso	62.597	64.417
Terrenos	2.661	2.661
Edificações	59.936	61.756
Reavaliações de Imóveis de Uso	47.771	47.771
Reavaliações de Terrenos	12.915	12.915
Reavaliações de Edificações	34.856	34.856
Outras Imobilizações de Uso	224.713	221.509
Móveis e Equipamentos em Estoque	586	586
Imobilizações em Curso	11.339	12.192
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	67.570	64.199
Instalações	9.932	9.810
Móveis e Equipamentos de Uso	57.638	54.389
Outras	145.218	144.532
Sistema de Comunicação	3.040	3.040
Sistema de Processamento de Dados	129.719	129.033
Sistema de Segurança	11.979	11.979
Sistema de Transporte	480	480
Subtotal	335.081	333.697
(-) Depreciações Acumuladas	(190.419)	(183.440)
Total	144.662	150.257

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Intangível

	31.03.2020	31.12.2019
Software Desenvolvido e em Desenvolvimento	297.905	303.244
Subtotal	297.905	303.244
(-) Amortização Acumulada	(180.749)	(173.621)
Total	117.156	129.623
Total Permanente	262.085	280.147

A movimentação do Ativo Permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2019	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.03.2020
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de Uso	150.257	1.072	-	(6.667)	144.662
Intangível ⁽¹⁾	129.623	156	(5.178)	(7.445)	117.156
Total	280.147	1.228	(5.178)	(14.112)	262.085

⁽¹⁾ Os ativos que faziam parte do Projeto de Excelência Tecnológica (PET) que estavam registrados neste grupo foram baixados, visto que estes ativos não gerarão benefícios econômicos futuros, portanto, não possuindo mais as características exigidas pela legislação, conforme CPC 04 (R1).

	Saldos em 31.12.2018	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2019
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	152.170	21.580	(273)	(23.220)	150.257
Intangível	194.355	47.262	(80.411)	(31.583)	129.623
Total	346.792	68.842	(80.684)	(54.803)	280.147

A Resolução CMN n° 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2020	31.12.2019
Limite para Imobilização	1.326.132	1.342.444
(-) Situação	(144.803)	(150.398)
Margem	1.181.329	1.192.046
Índice de Imobilização	5,5%	5,6%

Com a vigência da Resolução CMN n° 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
À Vista	1.190.028	-	-	1.190.028	1.052.696
Poupança	604.766	-	-	604.766	588.915
Interfinanceiros	-	7.561	48.256	55.817	29.783
A Prazo	1.495.050	480.972	563.616	2.539.638	2.728.921
A prazo	145.210	480.470	563.379	1.189.059	1.239.560
Judiciais com Remuneração	78.544	-	-	78.544	77.096
Especiais com Remuneração	1.271.296	502	237	1.272.035	1.412.265
Sudam ⁽¹⁾	765.473	-	-	765.473	923.782
Finam	498.855	-	-	498.855	480.696
FAT (nota nº 21)	887	502	237	1.626	2.337
Outros	6.081	-	-	6.081	5.450
Total	3.289.844	488.533	611.872	4.390.249	4.400.315
Circulante				3.778.377	3.900.305
Não Circulante				611.872	500.010

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) Quanto às Captações no Mercado Aberto:

Neste trimestre de 2020 não houve registro de captações no mercado aberto (R\$99.997 em 31.12.2019, negociadas a uma taxa média anualizada de 5,9%, lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), e com operações efetuadas no curto prazo).

c) Despesas de Captações no Mercado:

	1º trim/2020	1º trim/2019
Despesas de Captações c/ Depósitos	(34.756)	(49.553)
A Prazo	(11.753)	(20.028)
Poupança	(5.065)	(6.358)
Especiais	(13.547)	(17.602)
Interfinanceiros	(443)	(321)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(1.866)	(3.258)
Judiciais	(1.159)	(1.063)
Fundo Garantidor de Créditos	(923)	(923)
Desp. de Captações Mercado aberto	(1.264)	(1.607)
Carteira Própria	(1.264)	(1.607)
Total	(36.020)	(51.160)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de março de 2020 é de R\$105.076 (R\$81.011 em 31.12.2019), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,3% a.a. (3,4% a.a. em 31.12.2019) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.03.2020			31.12.2019		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,16	6,9	25.246	5,2	7,9	26.032
BNDES Industrial	3,20	20,6	252.385	3,2	1,1	250.380
BNDES Rural	4,14	6,7	243.389	4,3	5,0	236.398
BNDES Comércio	4,62	8	94.983	4,7	8,2	99.984
BNDES Serviços	6,86	5,1	9.924	6,9	6,1	10.374
Finep	1,50	8,0	433	1,5	10,0	465
Finame Industrial	2,54	3,3	19.626	2,5	4,2	21.118
Finame Rural	3,99	4,23	58.969	3,8	5,1	57.569
Finame Comércio	4,34	3,8	8.293	4,3	4,8	8.828
Finame Serviços	1,31	3	11.275	1,5	3,7	13.479
STN OGU	2,65	1,9	26.382	1,1	3,3	26.453
Total			750.905			751.080
Circulante			109.708			115.048
Não circulante			641.197			636.032

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 31.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	362	580	869	1.739	6.814	6.614	8.268	25.246
BNDES Industrial	404	4.991	354	13.532	36.767	34.304	162.033	252.385
BNDES Rural	-	2.500	-	8.756	127.871	84.922	19.340	243.389
BNDES Comércio	1.805	3.772	1.599	13.372	33.402	17.993	23.040	94.983
BNDES Serviços	239	430	215	1.721	5148	2.105	65	9.923
Finep	11	21	32	63	253	53	-	433
Finame Industrial	557	929	1645	3.843	9.504	3.119	29	19.626
Finame Rural	4284	4.626	5	4.774	30	-	45.250	58.969
Finame Comércio	183	356	522	1.010	3668	2.554	-	8.293
Finame Serviços	219	848	1.061	1.434	6.633	974	107	11.276
STN OGU	25.589	2	376	78	330	5	2	26.382
Total 31.03.2020	33.653	19.055	6.678	50.322	230.420	152.643	258.134	750.905
Total 31.12.2019	30.435	19.334	6.123	59.156	228.956	150.264	256.812	751.080

b) Despesas de Obrigações para Empréstimos e Repasses

	1º trim/2020	1º trim/2019
Tesouro Nacional	(607)	(871)
BNDES	(10.956)	(8.793)
Finame	(912)	(988)
Finep	(2)	(6)
Com banqueiros no exterior	-	(3.774)
Repasses do exterior	(24.338)	-
Total	(36.816)	(14.432)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$26.382 (R\$26.453 em 31.12.2019).

No 1º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2019, não ocorreram repasses pelo Tesouro Nacional. Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.

No trimestre não houve recolhimento ao Tesouro Nacional assim como não houve no 1º trimestre de 2019. Foi registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$264 (R\$397 no 1º trim/2019).

13. Outras Obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.12.2019
Cobrança e Arrecadação	15.775	1.923
Câmbio	82	118
Sociais e estatutárias	132.013	134.315
Fiscais e previdenciárias (nota n° 13.a)	137.894	33.866
Obrigações Fiscais diferidas	22.362	96.461
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota n° 13.b)	7.697.791	7.482.146
Diversas (nota n° 13.c)	2.605.821	2.617.304
Passivos atuariais (nota n° 13.d)	1.167.933	1.283.907
IECP (nota n° 13.e)	1.060.201	1.059.598
Total	12.839.872	12.709.638
Circulante	8.521.651	8.358.422
Não circulante	4.318.221	4.351.216

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.03.2020	31.12.2019
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	111.114	-
Impostos e contribuições a recolher	26.780	33.866
Total	137.894	33.866
Circulante	26.780	33.866
Não circulante	111.114	-

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2020	31.12.2019
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota n° 20)	7.365.674	7.192.844
Marinha Mercante (FMM) (nota n° 22)	239.764	192.413
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota n° 19)	92.275	96.811
Outros	78	78
Total	7.697.791	7.482.146
Circulante	7.472.639	7.301.463
Não circulante	225.152	180.683

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota n° 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.12.2019
Outros Passivos Financeiros	78.799	86.558
Cheques Administrativos	3	7
Contrato de Assunção de Obrigações	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	40.975	46.112
Obrigações por convênios oficiais	27	769
Obrigações por prestação de serviços	9	10
Parcelas de operações de crédito- Securitização	244	286
Levantamento de depósitos recursais	13.746	13.409
Demais	23.793	25.963
Provisão para pagamentos a efetuar	98.077	95.564
Provisão para demandas judiciais (nota nº 14.f)	220.308	243.346
Ações trabalhistas (Indenizações)	123.824	140.895
Ações cíveis	62.649	65.442
Ações fiscais	8.012	9.150
Ações trabalhistas (Capaf)	25.823	27.859
Provisão para Planos Saldados (notas nºs 14.f e 25.b)	648.840	656.394
Plano BD	540.554	546.118
Plano Misto	108.286	110.276
Provisões Diversas (nota nº 14.f)	349	349
Desvalorização de bens	349	349
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.559.448	1.535.093
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.536.275	1.512.197
FDA (nota nº 19)	22.494	22.205
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 ^(*)	674	686
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Total	2.605.821	2.617.304

(*) Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2020, o montante corresponde a R\$13.826 (R\$9.127 em 31.12.2019).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2019	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	31.03.2020
Risco FNO Rural (nota nº 20)	606.763	43.149	(18.649)	631.263
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	905.434	32.061	(32.483)	905.012
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	686	3	(15)	674
FDA (nota nº 19)	22.205	3.285	(2.996)	22.494
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia -	5	-	-	5
Total	1.535.093	78.498	(54.143)	1.559.448

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2018	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2019
Risco FNO Rural (nota nº 20)	548.891	182.321	(124.449)	606.763
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	813.629	235.069	(143.264)	905.434
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	706	(551)	531	686
FDA (nota nº 19)	9.758	21.889	(9.442)	22.205
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.372.989	438.728	(276.624)	1.535.093

d) Passivos Atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	31.03.2020	31.12.2019
Fundo de pensão de benefício definido	827.107	886.174
BD Liquidado (nota nº 25)	707.123	754.810
Misto Liquidado (nota nº 25)	30.056	32.388
Assistidos (nota nº 25)	89.928	98.976
Outros	340.826	397.733
Auxílio saúde (nota nº 25)	340.826	397.733
Total	1.167.933	1.283.907
Circulante	102.165	124.360
Não circulante	1.065.768	1.159.547

e) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Ofício STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Ofício STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Ofício SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor do contrato é de R\$1.060.201 (R\$1.059.598 em 31.12.2019). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante de R\$60.202 (R\$59.599 em 31.12.2019) corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, está registrado o valor de R\$999.999 (R\$999.999 em 31.12.2019) corresponde ao principal.

14. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos Recursais

Encontram-se registrados na rubrica “outros créditos” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.03.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	57.072	56.285
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	56.166	55.379

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$9.363 (R\$14.226 em 31.12.2019).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para Demandas Judiciais - Prováveis	31.03.2020	31.12.2019
Ações Trabalhistas (Indenizações)		
Saldo no início do período	140.895	123.952
Adições	4.990	128.746
Baixa por pagamento	(22.061)	(104.618)
Reversão da provisão	-	(7.185)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	123.824	140.895
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	65.442	76.944
Adições	5.900	34.914
Baixa por pagamento	(3.857)	(38.067)
Reversão da provisão	(4.836)	(8.349)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	62.649	65.442
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	9.150	8.886
Adições	-	4.920
Baixa por pagamento	-	(4.652)
Reversão da Provisão	(1.138)	(4)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	8.012	9.150
Ações trabalhistas (Capaf)		
Saldo no início do período	27.859	35.361
Adições	-	842
Baixa por pagamento	(172)	(2.643)
Reversão da Provisão	(1.864)	(5.701)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	25.823	27.859
Planos Saldados		
Saldo no início do período	656.394	692.187
Atualização Monetária	16.930	56.944
Baixa por pagamento	(24.484)	(92.737)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	648.840	656.394
Diversas - Desvalorização de bens		
Saldo no início do período	349	349
Adições	-	-
Baixa por pagamento	-	-
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	349	349
Total	869.497	900.089

Cronograma Esperado de Desembolsos

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Capaf	Planos Saldados	Diversas - Desvalor. bens
Até 5 anos	85.837	29.574	7.515	6.023	468.252	349
De 5 anos a 10 anos	25.132	20.632	352	8.487	119.512	-
Acima de 10 anos	12.855	12.443	145	11.313	61.076	-
Total	123.824	62.649	8.012	25.823	648.840	349

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	31.03.2020	31.12.2019
Causas Fiscais	16.796	16.796
Causas Trabalhistas	20.229	21.584
Causas Cíveis	198.742	204.868
Total	235.767	243.248

15. Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.03.2020	31.12.2019
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.172.655	2.199.206
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	73,29	74,18
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	29,21	40,00

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital Social

Em 31 de março de 2020, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2019) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2019), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.03.2020	31.12.2019
De domiciliados no país	29.645.499	29.645.499
De domiciliados no exterior	468	468
Total	29.645.967	29.645.967

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.03.2020		31.12.2019	
	Ações	%Total	Ações	%Total
União	28.400.557	95,8	28.400.557	95,8
Adm.direta-Min.da Economia	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.281.114	44,8	13.281.114	44,8
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Investimento em ações	2.853.813	9,6	2.853.813	9,6
Demais	1.245.410	4,2	1.245.410	4,2
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$19.779 (R\$20.931 em 31.12.2019) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$365 (R\$991 em 31.12.2019), decorrentes de depreciação. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.03.2020	31.12.2019
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.143.110	1.143.110
Legal	143.452	143.452
Estatutária	999.658	999.658

e) Lucro por Ação

	31.03.2020	31.12.2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	33.100	275.348
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	1,11651	9,28787

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.03.2020	31.12.2019
Ajustes de avaliação patrimonial	(615.952)	(590.340)
Títulos Disponíveis para Venda	(57.260)	42.334
Ajustes de Avaliação Atuarial	(558.692)	(632.674)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões Constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.03.2020		31.12.2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	132.930	132.930	348.569	348.569
Participações Estatutárias	-	-	(25.600)	(25.600)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	132.930	132.930	322.969	322.969
Adições Líquidas caráter permanente	244	244	(47.168)	(47.168)
Adições Líquidas caráter temporário	222.321	222.321	(97.942)	(97.942)
Lucro tributável antes compensações	355.495	355.495	177.859	177.859
Lucro tributável antes compensações - até fevereiro/20	-	287.245	-	-
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	53.324	43.087	26.679	26.679
Lucro tributável antes compensações – março/20	-	68.250	-	-
Alíquota a partir de março/20	-	20%	-	-
Valores devidos pela nova alíquota	-	13.650	-	-
Adicional de Imposto de Renda (10%)	35.544	-	17.761	-
Incentivos	(2.163)	-	(2.464)	-
Valores devidos	86.705	56.737	41.976	26.679
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(37.961)	(22.439)	37.416	22.097
Valores registrados em resultado antes da ativação	48.744	34.298	79.392	48.776
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	10.900	5.889	16.381	(96.928)
Valores efetivamente registrados no resultado	59.643	40.187	95.773	(48.152)
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	44,87	30,23	29,7	14,9

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de março de 2020:

	31.12.2019	Constituição	Realização	31.03.2020
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	168.754	4.990	24.098	149.646
Provisão para Risco de Crédito-Banco	494.827	29.034	11.655	512.206
Provisão para Risco de Crédito-FNO	949.082	-	12.166	936.916
Auxílio pós-emprego	445.877	1.549	18.955	428.471
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	516.094	-	134.512	381.582
Planos Saldados	611.370	16.930	24.484	603.816
Provisão para Operações SEC I	687	3	15	675
Desv. de Marcação a Mercado - venda	-	134.276	-	134.276
Outras Provisões	116.289	6.550	11.283	111.556
Base de Cálculo	3.302.980	193.332	237.168	3.259.144
Imposto de Renda Diferido (25%)	825.745	48.333	59.292	814.786
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	168.754	4.990	24.098	149.646
Provisão para Risco de Crédito-Banco	494.827	29.034	11.655	512.206
Provisão para Risco de Crédito-FNO	949.082	-	12.166	936.916
Auxílio pós-emprego	445.877	1.549	18.955	428.471
Auxílio pós-emprego – Del 695	516.094	-	134.512	381.582
Planos Saldados	611.370	16.930	24.484	603.816
Provisão para Operações SEC I	687	3	15	675
Desv. de Marcação a Mercado - venda	-	134.276	-	134.276
Outras Provisões	109.256	6.550	11.283	104.523
Base de Cálculo	3.295.947	193.332	237.168	3.252.111
Contribuição Social Diferida (15%)	494.391	29.000	35.575	487.817
Contribuição Social Diferida (5%)⁽¹⁾	161.957	12.507	11.858	162.606
Total do Crédito Tributário	1.482.094	89.839	106.726	1.465.208

⁽¹⁾ A Emenda Constitucional 103/2019, art. 32 e § I do art. 36, eleva a alíquota da CSLL das instituições do sistema financeiro de 15% para 20%. Com a referida alteração, houve necessidade de se ajustar o estoque de crédito tributário do Banco, com base na realização prevista a partir de março/2020. O total apurado, R\$161.957, foi registrado na respectiva conta do ativo em contra partida à resultado (R\$107.092) e Patrimônio Líquido (R\$54.865).

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de março de 2020, apresenta-se da seguinte forma:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Créditos Tributários	2020	2021	2022	2023	2024	De 2025 a 2029	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	102.961	80.472	90.371	79.770	89.063	372.149	814.786
Crédito Tributário de C. Social	82.369	64.378	72.297	63.816	71.250	296.312	650.422
Total – Valores Nominais	185.330	144.850	162.668	143.586	160.313	668.461	1.465.208
Taxa média de captação a.a (%)	1,043	1,101	1,174	1,253	1,336	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	177.689	131.562	138.559	114.594	119.995	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos Tributários Não Ativados

No final do trimestre, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e Contribuição Social (alíquota de 20% a partir de março/2020), sobre diferenças temporárias no total de R\$504.844 (R\$402.974 em 31.12.2019). O montante de R\$18.009 (R\$18.009 em 31.12.2019) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.03.2020	31.12.2019
Provisão FNO	571.382	496.172
Provisão Auxílio pós emprego	357.880	321.934
Provisão Planos Saldados	45.024	45.024
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	107.769	107.769
Outras Provisões	39.820	36.536
Total das Provisões	1.121.875	1.007.435
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	504.844	402.974

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Outras informações

A Emenda Constitucional 103/2019, de 13.11.2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições do Sistema Financeiro de 15% para 20%, a partir de março/2020.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receita de Prestação de Serviços

	1° trim/2020	1° trim/2019
Administração de fundos e programas	184.568	155.795
FNO (nota nº 20)	179.583	152.165
Art 19 da lei 8.167/1991	1.292	372
Finam (nota nº 18)	2.897	2.441
Outras - FDA	260	280
Demais rendas	536	537
Outros serviços	6.182	6.849
Demais rendas	6.182	6.849
Sub-total	190.750	162.644
Rendas de tarifas bancárias	32.613	24.057
Pessoa física	17.424	13.414
Pessoa jurídica	15.189	10.643
Total	223.363	186.701

b) Despesa de Pessoal

	1° trim/2020	1° trim/2019
Honorários	(703)	(755)
Benefícios	(19.513)	(18.597)
Encargos sociais	(35.093)	(32.979)
Proventos	(88.253)	(78.810)
Treinamento	(773)	(1.288)
Remuneração de estagiários	(1.216)	(1.266)
Total	(145.551)	(133.695)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras Despesas Administrativas

	1° trim/2020	1° trim/2019
Água, energia e gás	(3.140)	(3.271)
Aluguéis	(3.713)	(3.702)
Processamento de dados	(18.533)	(8.483)
Comunicações	(7.439)	(7.020)
Manutenção e conservação de bens	(2.618)	(2.793)
Material	(255)	(209)
Serviços de terceiros	(5.631)	(5.517)
Vigilância e segurança	(6.120)	(6.661)
Serviços do sistema financeiro	(4.077)	(3.220)
Promoções e relações públicas	(476)	(491)
Propaganda e publicidade	(1.544)	-
Publicações oficiais	(72)	(668)
Serviços técnicos especializados	(1.993)	(3.595)
Transporte	(3.693)	(3.036)
Viagens	(764)	(846)
Depreciação	(6.667)	(5.696)
Amortização	(7.445)	(7.093)
Demais despesas administrativas	(1.461)	(1.477)
Total	(75.641)	(63.778)

d) Despesas Tributárias

	1° trim/2020	1° trim/2019
ISS	(1.915)	(1.638)
Cofins	(26.381)	(20.022)
PIS/Pasep	(4.287)	(3.253)
Demais tributos	(1.635)	(1.467)
Total	(34.218)	(26.380)

e) Outras Receitas e Despesas Operacionais

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º trim/2020	1º trim/2019
Outras receitas operacionais		
Receitas de prestação de serviços	190.750	162.644
Rendas de tarifas bancárias	32.613	24.057
Del credere FNO	176.813	155.648
Recuperação de rendas FNO	17.446	7.960
Recuperação de encargos e despesas	11.063	1.015
Outras receitas operacionais	16.120	14.695
Reversão - outras	12.675	31
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	1.377	1.306
Receita variação taxas - FMM	-	8.298
Receita variação taxa câmbio	-	3.120
Multas – operações crédito geral	553	644
Rendas s/ depósito compulsório	912	1.255
Demais receitas operacionais	603	41
Total	444.805	366.019

	1º trim/2020	1º trim/2019
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões	(143.812)	(194.663)
Garantia financeira prestada	(78.498)	(92.600)
Passivo atuarial	(37.494)	(37.067)
Atualiz. benef. Pós-emprego PBD e PMB	(27.172)	(26.850)
Desp. pós-emprego assistidos/auxílio saúde (nota 25.a2)	(10.322)	(10.217)
Demandas judiciais	(10.890)	(48.986)
Passivos trabalhistas	(4.990)	(34.068)
Passivos cíveis/sucumbências	(5.725)	(11.705)
Passivos cíveis - fundos de investimento	(175)	(3.168)
Provisão ativos atuariais - CAPAF	-	(45)
Planos Saldados (nota 25.b)	(16.930)	(16.010)
Outras despesas operacionais	(3.453)	(14.319)
Despesas de variação de taxa FMM	-	(9.565)
Despesa de variação taxa câmbio	(468)	(105)
Grade de eventos perdas operacionais	(650)	(190)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(173)	(141)
Variação negativa de índices	-	(667)
Dividendos a pagar juros s/ capital	(1.066)	(642)
Despesas desconto concedido renegociação	(151)	(18)
Despesas com TVM	(910)	(9)
Multa de órgãos oficiais	-	(222)
Apuração de responsabilidade	(1)	-
Pagto benefícios/Pensoes-INSS	(29)	(30)
Demais despesas operacionais	(5)	(2.730)
Total	(147.265)	(208.982)

f) Resultado Não Operacional

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1º trim/2020	1º trim/2019
Receitas não operacionais	475	142
Lucros em transações c/ valores e bens	1	1
Outras receitas não operacionais	474	141
Reversão outras prov. não operacionais	-	5
Ganhos de capital	21	33
Rendas de aluguel	5	1
Juros s/Capital próprio / Dividendos recebidos	278	-
Outras rendas não operacionais	170	102
Despesas não operacionais	(18)	(8)
Perdas de Capital	-	(2)
Outras Despesas não operacionais	(18)	(6)
Imobilizações	-	(4)
Diversas	(18)	(2)
Total	457	134

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste período, não ocorreu entrada de recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018, assim como não ocorreu em 31.12.2019.

No trimestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$2.897 (R\$2.441 no 1º trim/2019).

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, a divulgação está contemplada na nota nº 14.f, integrando o total das causas cíveis.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Neste trimestre, está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$ 22.808 (R\$24.483 em 31.12.2019) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R\$22.494 (R\$22.205 em 31.12.2019).

Em 31 de março de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$92.275 (R\$96.811 em 31.12.2019). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º trim/2020	1º trim/2019
Taxa de administração (nota nº 17.a)	179.583	152.165
FNO	156.356	128.731
FNO - Pronaf	23.227	23.434
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	176.813	155.648
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	17.446	7.960
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(68.937)	(98.572)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(75.210)	(92.265)

O patrimônio do FNO, no montante de R\$31.940.577 (R\$31.183.044 em 31.12.2019), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

A Taxa de administração de 0,20% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$14.323 (R\$6.892 no 1º trim/2019) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$7.211.077 (R\$7.025.645 em 31.12.2019) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No trimestre, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$68.937 (R\$98.572 no 1º trim/2019).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.536.275 (R\$1.512.197 em 31.12.2019) (nota nº 13.c).

No trimestre, o Banco procedeu à baixa de R\$51.132 (R\$53.662 no 1º trim/2019) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

No trimestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$62.160 (R\$64.756 no 1º trim/2019).

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados conforme anexo.

Apresentamos abaixo quadro da composição da Obrigação com os recursos do FNO:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.12.2019
Recursos a alocar	2.896.066	2.962.764
Recursos alocados	4.259.512	3.992.515
Taxa de Administração	55.500	70.367
Aplicação Risco Banco	134.830	134.982
Outros	19.766	32.216
Total (nota nº 13.b)	7.365.674	7.192.844

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	31.03.2020		31.12.2019	
	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	1.821.339	-	1.829.266	-
A	10.242.418	(25.606)	9.850.766	(24.627)
B	5.136.819	(25.684)	5.150.334	(25.751)
C	2.530.469	(37.956)	2.360.133	(35.401)
D	1.173.655	(58.682)	1.102.908	(55.144)
E	421.394	(63.209)	433.269	(64.990)
F	220.622	(55.155)	190.284	(47.571)
G	109.142	(38.199)	170.349	(59.622)
H	2.463.706	(1.231.784)	2.398.325	(1.199.091)
Total	24.119.564	(1.536.275)	23.485.634	(1.512.197)

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), vinculado à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no trimestre, no montante de R\$731 (R\$1.358 1º trim/2019), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa	31.03.2020		31.12.2019	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	18	1.089	185	1538
Proger urbano		18	1.089	185	1.538
Disponível	TMS	7	537	56	798
Proger urbano		7	537	56	798
Principal		706	-	3.372	-
Proger urbano		706	-	3.372	-
Total		731	1.626	3.613	2.336

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.03.2020		31.12.2019	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	742	45,6	329	14,1
De 31 a 90 dias	145	8,9	292	12,5
De 91 a 180 dias	203	12,5	407	17,4
De 181 a 360 dias	299	18,4	664	28,4
Mais de 1 ano	237	14,6	644	27,6
Total	1.626	100,0	2.336	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$1.918 (R\$4.119 em 31.12.2019).

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$239.764 (R\$192.413 em 31.12.2019).

23. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTVM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisões, dada a indisponibilidade dos recursos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.03.2020	31.12.2019
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	86.768	73.515
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	353	73
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	1.028	28
Fundo Amazônia Credit 90	1	1
Fundo Amazônia Mix "2"	30	30
Total	88.180	73.647

Neste trimestre, houve recuperação de ativos, referente a Massa Falida do Banco Santos, competente aos Fundos Curto Prazo 2 e Financeiro Seleto 2 no valor de R\$9.987 (não ocorreu no 1ºtrim/2019)

24. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	1º trim/2020	1º trim/2019
Honorários (nota nº 17.b)	(703)	(755)
Diretoria Executiva	(504)	(512)
Conselho de Administração	(69)	(72)
Conselho Fiscal	(43)	(51)
Comitê de Auditoria	(87)	(120)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(19)	(19)
Total	(722)	(774)

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários).

	31.03.2020	31.12.2019
Diretoria - Honorários	35.293,77	36.508,75
Conselho de Administração	3.612,05	3.541,99
Conselho Fiscal	3.612,05	3.704,11

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais Entidades como Partes Relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Um sumário dos principais saldos é apresentado a seguir:

	31.03.2020	31.12.2019
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	1.626	2.336
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	750.905	751.080
Tesouro Nacional	26.382	26.453
BNDES	625.926	623.168
Finame	98.164	100.994
Finep	433	465
Outras Obrigações	7.697.713	7.482.068
FNO (notas nºs 13 e 20)	7.365.674	7.192.844
FMM (notas nºs 13 e 22)	239.764	192.413
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 19)	92.275	96.811
Total	8.450.244	8.235.484

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	1º trim/2020	1º trim/2019
Receitas taxa administração (nota nº 17.a)	184.568	152.165
Receita <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 17.e)	176.813	155.648
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(68.937)	(98.572)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(75.210)	(92.265)
Desp. contrib. patronal – Capaf	(3.380)	(3.337)
Liquidados - BD e Misto (nota nº 25)	(808)	(824)
Prev-amazônia - Capaf (nota nº 25)	(2.572)	(2.513)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf	(54.424)	(52.552)
Atualização Benefício Pós-emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(27.172)	(26.325)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(16.930)	(16.010)
Desp. pós-emprego–assistidos/auxílio saúde (nota nº 17.e)	(10.322)	(10.217)

25. Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 289 de 7 de abril de 2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 19 de abril de 2020, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 908 de 18 de outubro de 2019.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas Atuariais Adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,6	6,9	7,6	7,1
Taxa de juros desconto atuarial-real	3,7	2,9	3,7	3,2
Projeção de aumentos salariais	3,8	3,8	3,8	3,8
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	3,8	3,8	3,8
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	3,8	3,8	3,8
Taxa de inflação	3,8	3,8	3,8	3,8
Expectativa de retorno ativos do plano	7,6	6,9	7,6	7,1

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	7,6	6,9	6,9	6,3	8,5	7,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	3,7	2,9	3,0	2,4	4,6	3,6
Projeção de aumentos salariais	3,8	3,8	N/A	N/A	3,8	3,8
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	3,8	3,8	3,8	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	3,8	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Expectativa de retorno ativos do plano	7,6	6,9	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Taxa de rotatividade	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F	AT-2000M&F *	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F	AT-2000M&F *	AT-2000M&F	AT-2000M&F	AT-2000M&F
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2020 e 20% em 2019.

** suavizada em 30% em 2020 e 30% em 2019.

a.2) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	Plano BD	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(12.945)	(14.421)
Provisão para planos de benef e outros benefícios pós-emprego	(12.945)	(14.421)
Remensurações do Plano de Benefício definido	-	-
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(306)	(318)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	15.885	11.621
Ganhos e Perdas sobre o passivo	44.440	(29.164)
Total dos componentes regist em outros resultados abrangentes	60.020	(17.861)
Total dos componentes de benefício definido	47.075	(32.282)

	Plano Misto	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(555)	(533)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(556)	(534)
Remensurações do Plano de Benefício definido	-	-
Ganhos e perdas sobre as contribuições dos participantes	(2)	-
Ganhos e Perdas sobre o ativo	1.074	258
Ganhos e Perdas sobre o passivo	1.804	(1.745)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	2.876	(1.487)
Total dos componentes de benefício definido	2.320	(2.021)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.549)	(1.845)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.549)	(1.845)
Remensurações do Plano de Benefício definido	-	-
Ganhos e Perdas sobre o passivo	8.423	(3.465)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	8.423	(3.465)
Total dos componentes de benefício definido	6.874	(5.310)

	Auxílio-saúde	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Custo do serviço		
Custo de serviço	(1.266)	(1.319)
Custo de juros líquidos	(7.507)	(7.053)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(8.773)	(8.372)
Remensurações do Plano de Benefício definido	-	-
Ganhos e Perdas sobre o passivo	63.194	(10.743)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	63.194	(10.743)
Total dos componentes de benefício definido	54.421	(19.115)

a.3) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

	Plano BD	
	1º trim/2020	1º trim/2019
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(754.810)	(658.473)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	612	636
Provisão para planos de benefício definido	(12.945)	(14.421)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	60.020	(17.861)
(Passivo)/ativo reconhecido no período	(707.123)	(690.119)
Ajuste Provisão - Ação Rescisória	-	-
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(707.123)	(690.119)

	Plano Misto	
	1º trim/2020	1º trim/2019
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(32.388)	(24.329)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	12	9
Provisão para planos de benefício definido	(556)	(534)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	2.876	(1.487)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(30.056)	(26.341)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2020	1º trim/2019
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(98.976)	(87.747)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.175	2.056
Provisão para planos de benefício definido	(1.549)	(1.844)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	8.423	(3.465)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(89.928)	(91.000)

	Auxílio-saúde	
	1º trim/2020	1º trim/2019
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(397.733)	(307.350)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.486	2.620
Provisão para planos de benefício definido	(8.773)	(8.373)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	63.194	(10.743)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(340.826)	(323.846)

a.4) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	Plano BD	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(901.728)	(773.433)
Benefícios pagos pelo plano	17.137	12.519
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(15.465)	(16.938)
Custo de serviço corrente	-	-
Remensurações de perdas atuariais	53.713	(33.429)
Decorrentes de ajuste de experiência	5.895	(7.792)
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	47.818	(25.637)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(846.342)	(811.281)

	Plano Misto	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(87.111)	(74.196)
Benefícios pagos pelo plano	2.006	1.307
Custo de juros	(1.494)	-
Custo de serviço corrente	(2)	(1.627)
Remensurações de Perdas atuariais	3.608	(3.489)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.322)	(837)
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	4.930	(2.652)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(82.992)	(78.005)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Assistidos pelo Banco	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(98.976)	(87.747)
Benefícios pagos pelo plano	2.175	2.056
Custo de juros	(1.549)	(1.844)
Custo de serviço corrente	-	-
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	8.423	(3.465)
Decorrentes de ajuste de experiência	5.329	(1.654)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	3.094	(1.811)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(89.928)	(91.000)

	Auxílio-saúde	
	1º trim/2020	1º trim/2019
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(397.733)	(307.350)
Benefícios pagos pelo plano	2.486	2.620
Custo de juros	(7.507)	(7.054)
Custo de serviço corrente	(1.266)	(1.319)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	63.194	(10.743)
Decorrentes de ajuste de experiência	13.706	10.631
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	-
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	49.488	(21.374)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(340.826)	(323.846)

a.5) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(581.024)	(555.575)	(574.326)	(561.507)	(567.905)
Superávit/(déficit) do plano	(581.024)	(555.575)	(574.326)	(561.507)	(567.905)
Variação na obrigação atuarial	2,31 %	(2,17%)	1,13%	1,13 %	
Variação no superávit/(déficit)	2,31 %	(2,17%)	1,13%	1,13 %	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(287.038)	(270.474)	(288.315)	(269.087)	(278.438)
Superávit/(déficit) do plano	(287.038)	(270.474)	(288.315)	(269.087)	(278.438)
Variação na obrigação atuarial	3,09%	(2,86%)	3,55%	(3,36%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,09%	(2,86%)	3,55%	(3,36%)	

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(84.856)	(81.248)	(84.678)	(81.365)	(82.992)
Valor justo dos ativos do plano	22.881	22.881	22.881	22.881	22.881
Superávit/(déficit) do plano	(61.975)	(58.367)	(61.797)	(58.484)	(60.111)
Variação na obrigação atuarial	2,25%	(2,10%)	2,03 %	(1,96%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,10%	(2,90%)	2,80%	(2,71%)	

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(93.305)	(86.814)	(91.173)	(88.717)	(89.928)
Superávit/(déficit) do plano	(93.305)	(86.814)	(91.173)	(88.717)	(89.928)
Variação na obrigação atuarial	3,76%	(3,46%)	1,38%	(1,35%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,76%	(3,46%)	1,38%	(1,35%)	

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(347.424)	(334.651)	(354.845)	(328.283)	(340.826)
Superávit/(déficit) do plano	(347.424)	(334.651)	(354.845)	(328.283)	(340.826)
Variação na obrigação atuarial	1,94%	(1,81%)	4,11%	3,68 %	
Variação no superávit/(déficit)	1,94%	(1,81%)	4,11%	3,68 %	

a.6) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(5.496)
Custo de juros líquidos	(57.672)	(2.475)	(6.843)	(33.940)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(57.672)	(2.479)	(6.843)	(39.435)
Montantes esperados período seguinte-Nomais	2.540	51	9.029	10.322
Total dos pagamentos esperados para o plano	2.540	51	9.029	10.322

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da Política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

Plano BD	31.03.2020	31.12.2019
Valor da Obrigação no início do período	754.810	658.473
Atualizações resultado	26.628	103.844
Atualizações PL	(60.021)	41.385
(-) Valores Pagos	(14.294)	(48.892)
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	707.123	754.810

Plano Misto	31.03.2020	31.12.2019
Valor da Obrigação no início do período	32.388	24.329
Atualizações resultado	544	2.101
Atualizações PL	(2.876)	5.958
(-) Valores Pagos	-	-
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	30.056	32.388
Total BD e Misto	737.179	787.198

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	31.03.2020	31.12.2019
Valor da Obrigação no início do período	656.394	692.187
Atualizações - Resultado (nota n° 17.e)	16.930	56.944
(-) Valores Pagos	(24.484)	(92.737)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	648.840	656.394

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	1° trim/2020	1° trim/2019
Liquidados - BD e Misto	(808)	(824)
Prev-amazônia	(2.572)	(2.513)
Total (nota n° 24.b)	(3.380)	(3.337)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.03.2020	31.12.2019
Saldados	648.840	656.394
Liquidados	737.179	787.198
Assistidos	89.928	98.976
Auxílio Saúde	340.826	397.733

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, sem previsão de data para novo julgamento até o momento. De acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 a ação é classificada como possível.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo aguardará nova pauta de julgamento, a ser designada.

A provisão do plano BD, existente em 31.03.2020, totalizou R\$707.123, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$622.529;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$84.594;

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R\$622.529, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do período R\$567.904;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do período R\$54.625.

Composição da provisão existente ao final do período para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R\$707.123;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) – R\$30.056;
- Total da Provisão – R\$737.179

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no trimestre, o montante de R\$16.930 (R\$56.942 em 31.12.2019).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Remuneração Paga aos Empregados

a) Remuneração Mensal dos Empregados (em R\$ unitários)

	31.03.2020	31.12.2019
Menor Salário	2.607,71	2.607,71
Maior Salário	27.324,76	27.324,76
Salário Médio	8.060,58	8.110,30

27. Processo de Gerenciamento de Riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$12,343 bilhões, representando 82,45% do portfólio total de R\$14,972 bilhões (R\$12,501 bilhões, representando 84,22% do portfólio total de R\$14,844 bilhões 31.12.2019). A maioria dos recursos, 62,18% (63,50% em 31.12.2019), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, foi finalizada a implantação de solução para a gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Além do exposto, o Banco está em processo de validação do Modelo de Descumprimento de Risco de Crédito (*Low Default Portfolio* – LDP), que está voltado para os clientes que possuam nota de crédito atribuído pelas agências de classificação de risco externa e com o delimitador de faturamento anual superior a R\$ 400 milhões, ou seja, novos parâmetros de avaliação e mitigação do risco de crédito no escopo de suas operações.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução Bacen n.º 4.557/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

c) Risco de Mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen n.º 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de março de 2020, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$53.274 milhões e R\$42.846 milhões (R\$4,843 milhões e R\$3,400 milhões em 31/12/2019), consumindo 35,63% e 35,55% do limite de referência, respectivamente (35,63% e 35,55% em 31/12/2019). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) IRRBB

Define-se o IRRBB conforme a Circular Bacen n.º 3.876/2018, como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco está segregado as operações classificadas na carteira de não-negociação ou carteira bancária, que compreende todos os instrumentos financeiros que não há intenção de negociar, após sua aquisição ou originação, tipo: captações (depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais), crédito (fomento e comercial) e ativos na carteira da tesouraria classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”. A organização possui perfil de exposição a risco de mercado conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de forma independente. Com isso a organização busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco Central do Brasil através da Circular Bacen nº 3.938/2019, definiu novas metodologias e procedimentos para avaliação de suficiência de valor do Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para as instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), nos termos do art. 2º da Resolução Bacen nº 4.553/2017. Para os fins de apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária e observância à Circular Bacen nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas: de Resultado de Intermediação Financeira (Δ NI) e de Valor Econômico (Δ EVE).

Desde a entrada em vigor da resolução Bacen nº 4.557/2017, em fevereiro de 2018, o Banco atualizou o cálculo do Rban utilizando a abordagem de Valor Econômico na mensuração do risco da taxa de juros na carteira bancária. A exigência regulatória para envio no Documento 2061 das informações do IRRBB iniciou em janeiro deste ano. Em consonância com a Circular Bacen nº 3.938/2019, O valor do IRRBB, na base de março, representou a montante de 41,223 milhões.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

f) Gestão de Capital

O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

g) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções do CMN nºs 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	2.652.391	2.685.013
PR Nível I	2.652.391	2.685.013
Capital Principal	2.652.391	2.685.013
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	21.684.622	21.465.780
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	17.519.314	16.624.111
Risco de Mercado (RWA _{M PAD})	24.733	829.946
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	4.140.575	4.011.723
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	975.808	965.960
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.301.077	1.287.947
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.734.770	1.717.262
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.676.583	1.719.053
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.351.314	1.397.066
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,2%	12,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,2%	12,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,2%	12,5%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 31/03/2020, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0% e em 31.12.2019, a 8,0%.

28. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários onde se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$5,1981 em 31.03.2020 (R\$4,0307 em 31.12.2019) e a taxa DI de 1 ano no nível de 3,65% a.a (4,4% a.a. em 31.12.2019).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$6,4976 em 31.03.2020 (R\$5,0384 em 31.12.2019), e a taxa DI de 1 ano no nível de 4,56% a.a. (5,50% a.a em 31.12.2019), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$5,48 em 31.03.2020 (R\$6,0461 em 31.12.2019) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 5,48% a.a. (6,60% a.a em 31.12.2019), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposições Financeiras		31.03.2020			31.12.2019		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	21.128	(19.312)	(31.054)	1.436	(830)	(1.491)
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	121	(20.616)	(37.821)	2.427	90.119	119.349
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	27.839	84.630	106.396	33	(33.397)	(60.908)
Total		49.088	44.702	37.520	3.896	55.892	56.950

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$49 milhões correspondentes ao cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,92% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

29. Demonstração do Resultado Abrangente

	1º trim/2020	1º trim/2019
Lucro Líquido do Período	33.100	(8.730)
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	(174.665)	6.422
Próprios – TVM Ajuste	(174.665)	6.422
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	134.878	(33.188)
Próprios - Delib. CVM nº 695/2012	134.513	(33.556)
Realização da Reserva de Reavaliação	365	368
Efeitos Fiscais	14.388	84.311
Sobre a marcação a mercado	75.071	(2.569)
Sobre a realização da reserva	(152)	(147)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(60.531)	13.422
Sobre os Planos Saldados	-	73.605
Outros Resultados Abrangentes	(25.399)	57.545
Resultado Abrangente do Período	7.701	48.815

30. Eventos Subsequentes

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo avanço da COVID 19. Classificada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia, haja vista a circulação do vírus em todos os continentes, a COVID 19 gerou a adoção de várias medidas restritivas em todo o mundo, além de impactos na economia. Com a necessidade de implementação do distanciamento social, escolas e estabelecimentos considerados não essenciais foram fechados, visando a contenção da pandemia e a preservação das condições de atendimento dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados.

O cenário gerado pela COVID 19 é de bastante incerteza e órgãos governamentais e de regulação editaram diversas medidas visando a preservação da atividade econômica e buscando minimizar os impactos causados pela paralisação

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de alguns setores. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil editou novas regulamentações aplicáveis à atividade financeira e o Banco da Amazônia, dentro de sua gestão, incorporou às suas atividades:

- Resoluções 4.782, de 16/03/2020 e 4.791, de 26/03/2020 – Definiram critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito.
- Resolução 4.794, de 06/04/2020 – Estabeleceu condições para distribuição de resultados e ao aumento da remuneração de administradores.
- Resolução 4.798, de 06/04/2020 – Criou linha de crédito especial com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
- Resolução 4.801, de 09/04/2020 – Autoriza prorrogação para produtores rurais e cria linhas especiais de crédito para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).
- Resolução 4.803, de 09/04/2020 – Dispôs sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos das operações renegociadas em razão da Covid-19.
- Resolução 4.807, de 30/04/2020 - Alterou as Resoluções 4.801 e 4.802, de 09/04/2020 que autorizaram medidas para o crédito rural.
- Resolução 4.810, de 30/04/2020 – Estabeleceu medidas emergenciais para concessão, controle e fiscalização das operações de crédito rural.

Além do cumprimento das medidas legais, outras foram adotadas pelo Banco para que o atendimento nas agências prosseguisse, ainda que de forma reduzida, sempre atendendo às orientações da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e demais órgãos, com o objetivo de reduzir a transmissibilidade do vírus. As medidas buscaram preservar a integridade dos colaboradores e dos clientes, bem como assegurar um atendimento mínimo que garanta o cumprimento da missão institucional do Banco de desenvolver de forma sustentável a região, especialmente neste momento em que a economia e os negócios regionais de todos os portes precisam, mais do que nunca, do seu banco de fomento. Abaixo, destacamos algumas das ações empreendidas:

- Houve a criação de um gabinete de crise, coordenado pela área de Gestão de Pessoas, com participação das áreas de Gestão de Rede de Agências, Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança Corporativa, Políticas de Crédito e Secretaria Executiva, para monitoramento e comunicações sobre as ações de enfrentamento do COVID-19, acompanhamento de Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde e da evolução da saúde dos empregados, bem como para decidir sobre as medidas administrativas de acordo com a progressão da doença no País, região e estados onde o Banco atua.
- Para a redução do efetivo presencial nas Unidades, está sendo permitida a realização de teletrabalho (home office) e a antecipação de férias dos empregados, ainda que não transcorridos os períodos aquisitivos desses. Para isto, se dialogou com os colaboradores, dando-se prioridade àqueles pertencentes ao grupo de risco. Na impossibilidade das férias, também estão sendo utilizados abonos e vantagens.
- Quanto às atividades em home office, foi dada prioridade aos empregados pertencentes aos grupos de risco e àqueles que autodeclararem coabitarem com pessoa de grupo de risco, com pessoa que exerça atividade na área de saúde, os principais responsáveis por menor de idade ou, ainda, por pessoa com necessidade de cuidados especiais intensivos.
- Aos que não puderam se enquadrar no regime de teletrabalho, o banco, ofertou a possibilidade de antecipação de férias ou negociação para utilização em descanso dos abonos e vantagens e por fim, Carta de afastamento preventivo.
- Para as atividades essenciais e presenciais, com objetivo de reduzir o fluxo urbano em horários de picos, foi orientado a adoção de horários alternativos dos trabalhadores utilizando-se de escalas diferenciadas, quando possível.
- Aos estagiários e menores aprendizes foi concedido férias/recesso remunerado e posteriormente garantido o afastamento preventivo.
- Foram suspensos os acessos biométricos e restringido o acesso de pessoas no edifício-sede, em Belém do Pará, Centrais de Crédito e de Cadastro e Unidades, além de ter havido a suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens nacionais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Também foram suspensos os eventos de grande porte e os treinamentos presenciais, bem como, restrição das reuniões presenciais e direcionamento para utilização de reuniões virtuais.
- Quanto aos Terceirizados, os fiscais de contratos de prestadores de serviços exigiram das empresas um "Termo de declaração preventivo" atestando que as empresas estão tomando as medidas preventivas juntos aos seus empregados.
- Nas Unidades, os gestores foram orientados a acompanhar a situação de saúde dos empregados, conscientizando-os sobre a necessidade de comunicação imediata caso apresentem sintomas característicos do coronavírus, ainda que esses sejam leves. O fato é relatado à área de Gestão de Pessoas e o gestor imediato afasta das atividades presenciais o empregado por 7 dias, para avaliação, podendo esse prazo se estender para 21 dias. No caso de apresentação de Atestado Médico, são feitos os procedimentos cabíveis para licença por tratamento de saúde.
- O Banco também criou medidas preventivas para o empregado que coabita com pessoas que apresentem suspeição e/ou com sintomas da doença, sem atendimento médico ou atestado médico. Nesses casos, o empregado também é afastado das atividades presenciais, podendo exercer regime de teletrabalho. O afastamento é pelo período de 14 dias, para avaliação, podendo se estender para 21 dias.
- Nas Unidades com caso confirmados de COVID19 são realizados Sanitização em todo o espaço físico com a aplicação do produto denominado Combater 800 que é um desinfetante à base de Amônia Quaternária de última geração com duas cadeias C10.
- Nas agências, houve redução no expediente bancário para quatro horas/dia, de acordo com a Circular BACEN 2020/3991, de 19 de março de 2020, e garantia de um quantitativo mínimo de empregados para a manutenção do atendimento presencial dos clientes, sendo esse atendimento feito em sistema de rodízio, bem como se está realizando escalas com horários alternativos e escalas diferenciadas para os empregados.
- Também foi reduzido o número de clientes nas agências a no máximo até dez pessoas por vez, observando-se a capacidade do espaço da Unidade e/ou autoatendimento, bem como foi demarcado espaço para distanciamento entre os clientes, evitando a formação de aglomerações.
- O Banco adquiriu 60 mil máscaras para distribuição a todos os empregados e terceirizados, e ainda aos clientes e sociedade dos 9 Estados da Região Amazônica. Também comprou 1.310 litros de álcool em gel para higienização e distribuiu para todas as suas Unidades.
- O Banco celebrou Convênio de parceria com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco da Amazônia - CASF, para uso dos serviços de telemedicina, em benefícios dos empregados da ativa com sintomas característicos da COVID19. O atendimento virtual será feito pela Amparo Saúde, plataforma de telessaúde que possui um corpo clínico especializado, composto por médicos de família, enfermeiros, técnicos e equipe multiprofissional com certificação digital plena. Se houver necessidade de exames, atestados e emissão de receitas, os médicos podem solicitar esses procedimentos, pois há certificação digital.
- Outra medida importante de proteção à saúde dos colaboradores e de combate ao coronavírus é a possibilidade de realizar ou pedir o reembolso de Teste RT-PCR, Sorologia IgM e IgG ou Teste Rápido para detecção do COVID-19 para os profissionais que estão realizando as atividade presencial nas Unidades do Banco e estão apresentando sintomas sugestivos para a doença ou tiveram contato dentro da Instituição com colega que atestou positivo para o coronavírus.
- O Banco da Amazônia, também, possibilita o reembolso de um único Kit de Medicamentos, conforme receita médica. Os medicamentos que serão aceitos são: Hidroxicloroquina/Cloroquina, Azitromicina e Ivermectina, até o limite de R\$ 100,00 (cem reais).

O cenário atual ainda é de incerteza e não possibilita mensurar de forma assertiva os impactos que pandemia ainda trará à economia. No entanto, o mercado de atuação do Banco é regional e a experiência de operar na Região Amazônica permite identificar os itens do Balanço com potencial impacto:

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Operações de Crédito:** aumento da demanda por crédito, o que pode trazer maior provisão, uma vez que a qualidade da carteira de clientes também pode sofrer deterioração.
- **Créditos tributários:** sua realização está diretamente ligada à ocorrência de resultados futuros que poderão ser afetados em grau que dependerá do controle da pandemia.
- **Ativos Intangíveis:** podem ser afetados em razão do seu valor recuperável, uma vez que as premissas de realização poderão ser impactadas.
- **Captações:** não há expectativa de redução significativa nas captações, no entanto, a depender do avanço da crise gerada pela pandemia, pode haver elevação dos custos de captação.
- **Provisões Cíveis e Trabalhistas:** Relativamente as ações cíveis presume-se aumento de demandas em ações de recuperação judicial e, em contra partida, aumento de ações cobranças de títulos vencidos pelo Banco. No aspecto trabalhista, não é possível relacionar incremento de provisão em decorrência de eventual efeito da pandemia.

Com a adoção das medidas de forma tempestivas, não houve descontinuidade nas atividades operacionais do Banco, que continuará atento aos desdobramentos que ainda virão da pandemia. Neste momento, não há informações que permitam mensurar de forma inequívoca os impactos que ela trará, nem quanto tempo as medidas de contenção serão necessárias. Os negócios do Banco, assim como as demais instituições estarão sujeitos aos efeitos econômicos do que ocorrerá nos próximos meses.

31. Outras informações

a) Avais e Fianças Prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.032.020	31.12.2019
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	12.143.178	11.825.403
Cobrigação em cessão de créditos – alongam crédito rural (nota nº 13.c)	13.826	9.127
Total	12.157.004	11.834.530

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura R\$149,113 (R\$149.113 em 31.12.2019), com prêmio de R\$255(R\$255 em 31.12.2019), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Programa de Aposentadoria Incentiva - PAI

Em dezembro/2019 foi lançado o Programa de Aposentadoria Incentivada, que tem por objetivo promover, de forma socialmente responsável, o incentivo ao desligamento dos empregados contemplados no público-alvo. O programa consiste em um conjunto de medidas de incentivo visando à rescisão do contrato de trabalho, a pedido, dos empregados que preencherem todos os requisitos constantes do regulamento, norteado pelos princípios da boa-fé, da transparência e da facultatividade de adesão. A vigência do programa seria de dezembro/2019 a abril/2020.

Em abril/ 2020, o Banco aprovou a Reabertura do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) que irá até 15/052020 e também instituiu a Resilição Bilateral de acordo com a lei trabalhista alterada pela Lei nº13.467, de 2017. A Resilição Bilateral é uma possibilidade de demissão por comum acordo entre empregado e empregador, constante o art.484-A, da CLT.

A Resilição Bilateral do contrato de trabalho ocorrerá por iniciativa do empregado e está limitado aos que já são aposentados anterior à 13/11/2019, data da publicação da Emenda Constitucional nº103 (Reforma Previdenciária).

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC – PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.506 e 1.507
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 31 de março de 2020, valor líquido de passivo dos planos benefício definido liquidado (BD) e plano misto liquidado no montante de R\$ 737.179 mil (R\$ 787.198 mil em 31 de dezembro 2019) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R\$ 169.274 mil (R\$ 179.305 mil em 31 de dezembro de 2019) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para deconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos BD e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 737.179 mil, R\$ 25.822 mil e R\$ 206.851 mil, respectivamente, em 31

de março de 2020 (R\$ 787.198 mil, R\$ 27.859 mil e R\$ 269.747 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 27.172 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$ 26.895 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2019) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 31 de março de 2020, no montante total de R\$ 93.069 mil (R\$ 119.042 mil em 31 de dezembro de 2019).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 19 de abril de 2020, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020 elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 22 de junho de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do 1º trimestre 2020 (ITR) relativas ao período findo em 31 de março de 2020, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 22 de junho de 2020.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do 1º trimestre 2020 (ITR) relativas ao período findo em 31 de março de 2020 do Banco da Amazônia S.A, não havendo qualquer discordância, e ratificamos que a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução do item ressaltado.

Belém (PA), 22 de junho de 2020.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor